

14 FEV 2015

GAZETA DO POVO

» OPERAÇÃO BARREADO

Justiça decreta prisão de advogados que defendem pescadores no Litoral

Segundo o MP-PR, eles instalaram uma quadrilha no Fórum de Antonina para serem favorecidos em processos de indenização contra a Petrobras

Felipe Anibal

A Justiça decretou, ontem, a prisão preventiva de quatro advogados de um único escritório, acusados de terem articulado um núcleo criminoso no cartório cível, em pleno Fórum de Antonina. Eles representam mais de 1,2 mil pescadores da cidade, em ações indenizatórias movidas em decorrências de acidentes ambientais ocorridos no litoral do Paraná. De acordo com a denúncia oferecida pela Promotoria Criminal de Antonina, os advogados pagavam propinas mensais a servidores da repartição para que estes dessem tramitação mais rápida a processos de interesse do escritório. As investigações continuam, para apurar

se o grupo se apropriou da indenização dos pescadores e se houve lavagem de dinheiro.

Foram decretadas as prisões dos advogados Fabiano Neves Macieyewski, Heroldes Bahr Neto, Saulo Bonat de Mello e Kleber Augusto Vieira, todos do escritório Bahr, Neves e Mello. Eles são acusados de formação de quadrilha e corrupção ativa. A pedido do Ministério Público, a Justiça também determinou a prisão de quatro pessoas que trabalhavam no cartório cível.

Ontem, a Polícia Federal cumpriria as prisões, mas só um acusado foi encontrado: Sérgio Augusto da Silva, que era escrivão do cartório cível. Há suspeitas de que informações sobre as investigações e sobre os pedidos de prisão tenham vazado. Além da PF, o Grupo Especial de Atuação no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) também apoiou as investigações.

Segundo o MP-PR, a quadrilha atuou de forma sistemática de agosto de 2010 a outubro de 2014, com hierarquia definida. Os advogados Bahr, Neves e Mello seriam os líderes do grupo. Vieira teria a função de fazer a ponte com os servidores do cartório cível,

detalhando a lista de processos que deveriam tramitar rapidamente. Desta forma, o escritório conseguiria agilizar a expedição de alvarás para o levantamento de valores das indenizações. "As investigações apontam que, de fato, os cabeças eram os advogados deste escritório e que os alvarás dos processos por ele movidos andavam com maior rapidez", diz a promotora Kelly Vicentini Neves Caldeiras.

Antes de ingressar com as ações, o grupo teria feito um trabalho para identificar pescadores vítimas de acidentes ambientais, principalmente dois de responsabilidade da Petrobras. Assim que passaram a representar esses pescadores, o escritório ingressou com centenas de ações contra a empresa. Por isso, segundo o MP, o próprio núcleo criminoso se batizou de "Operação Petrobras".

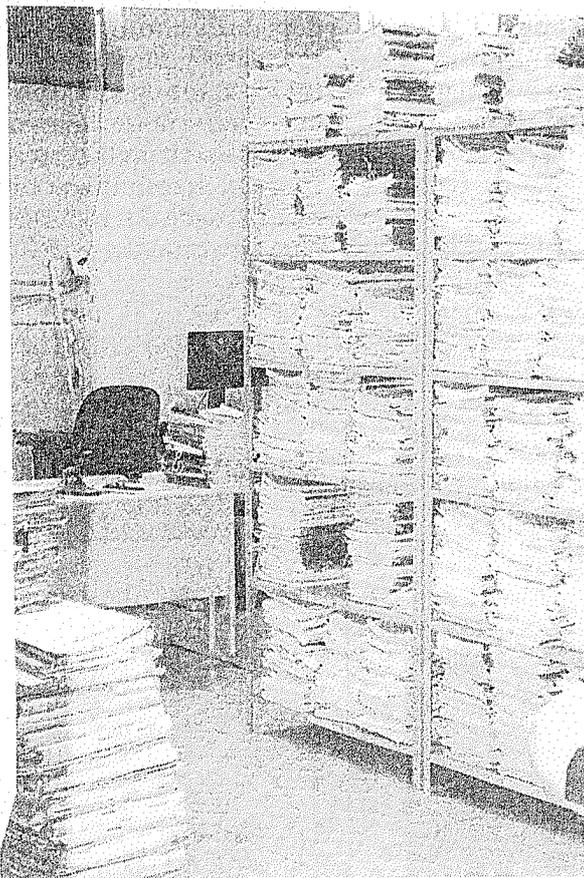
CONTINUA

14 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

As investigações apontam que o escritório chegou a cobrar honorários advocatícios acima da média e sem contrato. Até mesmo pescadores que estavam à beira da fome — que haviam recebido indenizações emergenciais, chamadas “verba de natureza alimentar” — tinham que pagar com sobrepreço os serviços prestados pelos advogados. Em nenhum momento, o escritório requisi- tou aos seus clientes o direito à justiça gratuita.



Uma das salas de processos do Fórum de Antonina.

CONTINUA

Funcionários do cartório recebiam propina para agilizações

Além dos advogados, a Justiça também decretou a prisão preventiva de quatro funcionários do Cartório Cível do Fórum de Antonina. São eles: o ex-escrivão da repartição, Sérgio Augusto da Silva (que está preso), e dois então servidores Karoline de Souza Cardoso, Kharyne de Souza Cardoso e Cleverson Henrique Carsoso — todos irmãos (que não foram localizados pela polícia). Segundo a denúncia, eles recebiam propinas mensais para facilitar o andamento de ações do escritório Bahr, Neves e Mello.

O MP-PR apontou que Karoline recebia as orientações dos advogados e organizava as atividades no cartório de forma a favorecer o escritório. Além disso, o escrivão Sérgio da Silva, segundo o MP-PR, interferia diretamente no andamento dos processos, deixando de realizar juntas de procurações que pudessem suspender ações indenizatórias em que a “Operação Petrobrás” atuava.

De acordo com a denúncia, o dinheiro da propina era passado por Francislayne Correia de Oliveira, funcionária do escritório de advogados para Karoline, que fazia a divisão dos valores entre os funcionários do cartório. Duas estagiárias da repartição chegaram a ser contratadas e pagas pelo escritório Bahr, Neves e Mello.

Cláudio Anselmo Cardoso — pai de Karoline, Cleverson e Kharyne —, que era escrivão da delegacia da Polícia Civil de Antonina também integrava o grupo. Segundo o MP-PR, ele recebia R\$ 2,5 mil por mês para colaborar com a quadrilha. Ele chegava a interceptar boletins de ocorrências registrados por pescadores contra advogados, para que os casos não chegassem à Promotoria. Segundo o MP, Cláudio já faleceu.

Esquema envolvia promessa de verba para campanha

▮ A quebra de sigilo telemático dos acusados revelou uma intensa troca de favores — classificada pelo MP-PR como corrupção — entre o escritório Bahr, Neves e Mello e o servidor Cleverson Henrique Cardoso, que trabalhava no Cartório Cível do Fórum de Antonina. Segundo o MP-PR, em setembro de 2012, os advogados se comprometeram a financiar a campanha do então funcionário da repartição a vereador.

Em e-mail enviado ao escritório, Cleverson ressaltava que o “carro-chefe” de sua campanha seriam os pescadores. Ele chegou a se candidatar pelo PTB, mas não foi eleito. Como os dados obtidos a partir da quebra de sigilo bancário dos acusados ainda não foram analisados, o MP-PR não sabe se a campanha de Cleverson recebeu dinheiro dos advogados. Antes disso, em julho de 2012, Cleverson recebeu R\$ 1,5 mil do escritório para custear uma ação de “caridade”. O dinheiro teria sido revertido à Festa do Bom Jesus do Saivá, organizada pelo ex-funcionário.

Antes, em 2010, Cleverson também pediu que os advogados comprassem seu carro, um Mercedes Benz Classe A. Pela troca de e-mails, o escritório concordou com o pedido “somente após a liberação dos alvarás que estavam pendentes”. Em outro e-mail, Cleverson avisava que os alvarás estavam prontos e que só faltava “o seu presentinho”.

Além da quebra do sigilo telemático e bancário, o MP cumpriu mandados de busca e apreensão na casa dos servidores e no escritório Bahr, Neves e Mello. Encontrou documentos oficiais que haviam sido desviados do cartório e uma agenda em que constavam nomes e valores, entre eles “Heroldes Peixe Morto”, que a Promotoria acredita se tratar de Heroldes Bahr Neto. (FA)

OUTRO LADO

“Pedido de prisão é radicalismo”, diz defesa dos acusados

▮ O advogado Rodrigo Sanches Rios, que representa o escritório Bahr, Neves e Mello, disse que sabia que seria oferecida denúncia contra seus clientes, mas se disse surpreso com os pedidos de prisão. Na avaliação dele, a medida é desnecessária. “Os funcionários já não estão no cartório cível e os fatos são pretéritos. Foi um radicalismo da Promotoria, uma medida para criar uma imagem repressiva”, disse.

O defensor disse que Bahr, Neves, Mello e Vieira devem se apresentar à Justiça, mas não disse quando os acusados vão se entregar. Enquanto isso, o advogado disse que vai buscar meios legais para reverter os pedidos de prisão. “Esperamos que o Judiciário faça essa reparação, porque a denúncia diz respeito a fatos que já cessaram”, apontou.

A **Gazeta do Povo** não conseguiu localizar os advogados dos outros acusados denunciados à Justiça. (FA)

14 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Após tensão e confronto, presidente da Assembleia anuncia o fim do “tratoração”

Uso do mecanismo para votação do “pacotão” foi a gota d’água para que os servidores invadissem a Casa

Euclides Lucas Garcia

Foi preciso quase ocorrer uma tragédia para que os deputados estaduais decidissem acabar de vez com um mecanismo que, entre todas as assembleias legislativas do país, só resiste na do Paraná. Ontem, o presidente da Casa, Ademar Traiano (PSDB), revelou que não pretende mais usar na Casa o regime de comissão geral, o popular “tratoração”.

Ele afirmou que vai levar aos líderes partidários uma proposta de alteração no regimento interno estabelecendo prazos máximos de tramitação para projetos considerados urgentes. Todos eles terão obrigatoriamente que passar pelas comissões permanentes antes de ir à votação em plenário.

É quase unanimidade entre os deputados que o “tratoração” ordenado pelo Executivo para a tramitação dos dois projetos de

austeridade foi a gota d’água para que os servidores invadissem a Assembleia e impedissem a votação das matérias na última quinta-feira.

Além das alterações em benefícios do funcionalismo previstas originalmente pelas propostas, os servidores reclamavam justamente da falta de debate em torno do tema, que seria votado — e certamente aprovado — em menos de uma semana.

Votação apressada

Prevista no artigo 107 do regimento interno da Assembleia, a comissão geral dispensa a tramitação dos projetos pelas comissões permanentes, sendo tudo decidido diretamente pelo plenário. O instrumento geralmente é solicitado pela base governista quando há pressa em aprovar determinada proposta. O pacote de austeridade, por exemplo, é considerado urgente pelo Executivo para garantir o pagamento da folha de pessoal deste mês.

Segundo Traiano, o problema é que hoje a comissão geral é a única forma legal de acelerar o andamento dos projetos. Por isso, o tucano deverá propor que o regimento da Casa estabeleça prazos para que as propostas com urgência sejam votadas em plenário, após

passarem pelas comissões. “Às vezes, matérias dessa magnitude podem chegar numa comissão e parar, até por questões políticas. Por isso, iremos pré-estabelecer prazos para esses casos.” Traiano não determinou uma data para aprovar a medida no plenário, mas garantiu que, até lá, a comissão geral permanecerá enterrada.

Líder do governo e autor do polêmico requerimento de comissão geral desta semana, Luiz Claudio Romanelli (PMDB) elogiou a proposta de Traiano e disse que a tramitação normal dos projetos de lei valoriza o Parlamento e amplia a participação popular. “Sempre é melhor aprender com os erros dos outros. Mas, neste caso, tivemos que aprender com os nossos próprios”, reconheceu.

“Essa era a solução desde o início. Depois de passarmos muito perto de uma tragédia, é preciso tirar uma lição e não repetir os mesmos erros. O tratoração não condiz com a democracia”, disse o líder da oposição, Tadeu Veneri (PT).

CONTINUA

14 FEV 2015

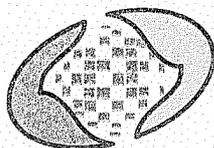
GAZETA DO POVO

POLÊMICAS

CONTINUAÇÃO

Veja quais itens que estavam na versão final do "pacotão" causaram polêmicas de ordem legal ou política:

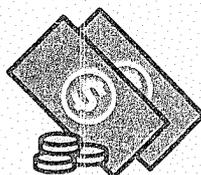
PONTOS POLÊMICOS



Previdência

O Fundo Financeiro, hoje deficitário, e o Fundo Previdenciário da Parana Previdência poderão ser fundidos.

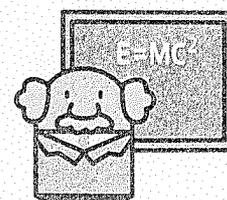
Problema: Há um temor de que o déficit do Fundo Financeiro consuma recursos do Fundo Previdenciário, prejudicando o pagamento de aposentadorias futuras. OAB considera inconstitucional.



Precatórios

Redução do teto para requisições de pequeno valor de R\$ 31,5 mil para R\$ 12 mil. Dívidas acima desse valor poderão ser pagas em precatórios.

Problema: OAB considera "duvidosa" a constitucionalidade da medida. Há uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) referente a esse tema tramitando no STF.



Magistério

Extinguem-se as 12 classes mais baixas do magistério. Com isso, piso seria referente à categoria 5 do Nível Especial I.

Problema: Professores consideram uma manobra para se adequar ao piso nacional do magistério sem reajustar salário de professores em níveis mais elevados da carreira.

OUTRAS MEDIDAS

Recebíveis: Dívidas parceladas serão antecipadas pelo governo

Devedores: Será criado um cadastro de devedores contumazes

Ciência e tecnologia: Muda a regra da destinação de recursos

Guia: Haverá guia única de recolhimento de taxas e impostos

Contingenciamento: Serão "congelados" R\$ 11 bilhões do orçamento de 2015

Fundos: Todo o recurso dos fundos estaduais, exceto o FDU, poderá ser usado para pagamento de folha de pessoal

Nota fiscal: Programa dará prêmios a quem pedir a nota no comércio

Parcelamento: Quem tem dívidas de IPVA e ICMS poderá parcelar em até 10 anos

Fonte: Redação.
Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

Propostas do “pacotaço” podem ser questionadas juridicamente, diz OAB

Chico Marés

Após a ocupação da Assembleia Legislativa, o governo retirou de tramitação o “pacotaço” com medidas de austeridade. Isso, porém, não significa que a ideia esteja enterrada. As propostas estão sendo reavaliadas e o projeto deve ser reapresentado após o carnaval. O recuo, porém, dará mais tempo para que juristas e demais especialistas analisem as medidas. O Ministério Público (MP), a seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação dos Procuradores do Paraná (Apep) estão estudando as medidas para saber se elas são legais.

Segundo o presidente da OAB-PR, Juliano Breda, algumas propostas apresentadas podem ser questionadas juridicamente. A mais polêmica seria a fusão do Fundo Previdenciário e do Fundo Financeiro da Paraná Previdência — ideia que já causou questionamentos em Minas Gerais e Rio Grande do Norte.

De acordo com Breda, há um entendimento de que a fusão dos fundos é inconstitucional. De acordo com ele, há precedentes em que o Ministério da Previdência não autorizou propostas semelhantes que partiram de outras unidades da federação. Para ele, esse seria o item mais problemático do “pacotaço”.

Entretanto, não é o único. O presidente da OAB-PR diz ver como ilegal a redução do teto das aquisições de pequeno valor. Hoje, se alguém ganha uma causa contra o estado cujo

valor é inferior a 40 salários mínimos (cerca de R\$ 31,5 mil), o governo não pode pagar em precatórios — é obrigado a retirar esses valores do caixa do estado em 90 dias. Um dos artigos do “pacotaço” previa a redução desse valor para R\$ 12 mil.

“A constitucionalidade dessa medida é duvidosa. Santa Catarina tentou implementar essa mesma mudança e, hoje, há uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF). A Procuradoria-Geral da República já deu um parecer favorável [à Adin]”, afirma.

Já a Apep avalia que ainda não é possível determinar se há ilegalidades nas medidas apresentadas. “Como foi muito rápido [a apresentação do projeto e sua retirada], a gente não teve tempo de se debruçar sobre essa matéria”, afirma a presidente da instituição, Cristina Leitão Teixeira de Freitas.

Não é exagero: os substitutivos apresentados pelos deputados, versão mais enxuta do “pacotaço”, contam, juntos, com 127 artigos e mudanças em 18 leis estaduais já em vigor.

CONTINUA

ENTREVISTA

Mauro Ricardo Costa, secretário estadual da Fazenda

“Estamos juntando dinheiro para pagar o funcionalismo”

O pagamento da folha de fevereiro está garantido?

Ainda não, estamos juntando dinheiro para poder pagar.

Será possível?

Acho que sim.

De onde estão juntando esses recursos?

Da arrecadação. A nossa previsão sinaliza pelo atendimento da necessidade de pagamento, pelo menos da folha, que é nossa prioridade.

O senhor foi um dos mentores dos projetos de ajuste fiscal. Diante de toda a repercussão, se arrependeu de algum ponto, repensou alguma parte?

Basta olhar situação do estado, situação que só tem dinheiro para mal e porcamente pagar a folha. Se não for feito ajuste, vamos nos transformar em grandes gerentes de recursos humanos.

Então é necessário que ele seja aprovado?

Fundamental, não necessário.

E como o senhor avalia toda a repercussão em Curitiba e no estado?

Talvez tenha havido uma dificuldade de transmitirmos a situação real que passa o estado, explicar melhor as medidas. Parece-me que houve uma deficiência de comunicação.



ALÍVIO

Passada a tensão da quinta-feira, o presidente da Assembleia, Ademar Traiano (PSDB), se mostrava aliviado por não ter ocorrido o pior. Ele voltou a defender que, conforme determina o regimento da Casa, sua obrigação era colocar os projetos em votação, sobretudo diante da urgência financeira do Executivo. “Diante de uma situação tão adversa, fico feliz por não ter acontecido o pior. Poderia ter havido mortes, em meio àquele confronto que não tínhamos como dimensionar”, disse. “Ainda conseguimos agir com o equilíbrio necessário, no tempo e no momento certos. Diante de tudo, foi um aprendizado em definitivo.”

15 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Momento de abertura e compreensão

É preciso entender as lições dos acontecimentos da semana passada na Assembleia Legislativa para buscar o entendimento que ajude a colocar em ordem as contas do estado

A semana passada tem tudo para figurar entre as mais emblemáticas da política paranaense nas últimas décadas. Servidores públicos invadiram a Assembleia Legislativa e forçaram o governo e os deputados estaduais a desistir temporariamente de aprovar um pacote com medidas de cortes de gastos por meio do “tratoração”. O episódio deixa uma série de lições que podem ser colocadas em prática já nesta semana, pois a polêmica não terminou com o recuo dos parlamentares.

Diante do quadro complicado das finanças do estado, é justo esperar que o gestor público tome medidas corretivas, redirecione recursos, busque melhorar a arrecadação, faça o possível para conter as despesas — o quanto antes. Desde o fim do ano passado o governador Beto Richa vinha implementando medidas visando, em primeiro lugar, a melhorar a receita pela costumeira via do aumento de impostos. E neste ano, no início da nova legislatura, enviou aos deputados um pacote de projetos impactantes, complexos e polêmicos.

Tendo de acertar o quanto antes as contas públicas, Richa julgou necessário recorrer ao controverso “tratoração”, manobra que dispensa a tramitação do projeto pelas comissões temáticas, transformando o plenário em comissão geral e conseguindo rapidamente a aprovação final. Indignados com o conteúdo do pacote, os servidores também se julgaram desrespeitados em suas demandas pela maneira apresada como o governo queria ver aprovadas as medidas. Foi o estopim para a invasão do plenário da Assembleia, na terça-feira.

Tentativas posteriores de colocar o projeto em votação foram frustradas pela mobilização contínua dos servidores. A estratégia havia falhado; governo estadual e a base aliada na Assembleia reconheceram a impossibilidade de insistir na metodologia e retiraram de pauta o complexo conjunto de projetos, no que agiram bem. Agora, governo e professores — uma das categorias afetadas pelas medidas de corte de gastos, e que está em greve há vários dias — anunciarão uma reunião para a próxima quinta-feira, no Palácio Iguazu. Do lado do Executivo estadual, estarão presentes o chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, e o secretário da Educação, Fernando Xavier Ferreira.

O diálogo é uma maneira de cumprir um pedido do próprio governador em entrevistas concedidas ainda na quinta-feira: que todos analisassem com calma o conteúdo das medidas. Há aqui sinais de que possa ter havido um duro aprendizado. Eliminar o debate amplo e exaustivo — prática a que se acostumou o Executivo no Brasil em todas as esferas — poderia talvez se justificar em alguma raríssima e contadíssima ocasião. Nunca, porém, sem que houvesse antes um claro compartilhamento das especiais circunstâncias que o justificariam. No caso paranaense, a sociedade desconhecia, da boca do governador, as razões e a extensão da crise financeira que nos atinge e que requeria as medidas em questão — daí a indignação com o “tratoração”, que poderia até ter sido tolerado se tivesse havido uma comunicação prévia eficaz entre governo e cidadãos.

O desafio de repor as finanças do estado em ordem continua sobre os ombros do governador. E a sociedade e o funcionalismo público não podem julgar-se inexpugnáveis e alheios a esse esforço. Várias das medidas podem ser duras, mas talvez não deixem, quando compreendidas, de ser razoáveis, sobretudo quando se trata de suprimir não direitos adquiridos, mas benefícios futuros. O que o momento requer é uma grande abertura de parte a parte. Compreensão mútua — que exige do governo não confundir o interesse dos servidores com as ambições político-partidárias de alguns sindicalistas, e exige dos funcionários públicos boa vontade para compreender as razões do Executivo — são as chaves para se encontrar uma solução para os problemas que o estado enfrenta. Bloqueada a via célere, Richa precisará de coragem e determinação, aliadas a uma grande franqueza e capacidade de diálogo, para conduzir as negociações neste momento delicado pelo qual passa o Paraná. É esse processo que não apenas os servidores públicos, mas toda a sociedade paranaense espera daqui em diante.

Segredos sombrios

O juiz Sérgio Moro disse uma frase forte e justa. “Não cabe ao Judiciário ser guardião de segredos sombrios.” Assim, explicou a divulgação de novas acusações feitas por duas pessoas: o doleiro favorito de um grupo da elite do poder político e empresarial, e o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras. São eles e outros que têm contado os segredos sombrios.

Há processos que correm em segredo de Justiça. Não é o caso. E, se não está em segredo de Justiça, porque deveria a Justiça fazer segredo? A sombra só interessaria aos que rejeitam a luz sobre seus atos e os fatos. Foram separados todos os segredos sobre detentores de foro privilegiado, porque só quem pode decidir no caso dos políticos com mandato é o Supremo Tribunal Federal.

Segredos sombrios têm sido revelados em Curitiba pela ação da Polícia Federal, do Ministério Público e da Justiça. E isso fará bem a um país que sempre os trancou, para melhor proteger a elite e, assim, perpetuar uma forma escusa de fazer negócios entre o setor público e o setor privado.

De certa forma, sabíamos, mas dessa forma nunca soubemos. Empreiteiras pagam por contratos porque assim corrompem pessoas em posição de decisão. Funcionários com esse poder acham os fornecedores para favorecer o próprio bolso e o caixa dos partidos. Há uma diferença entre suspeitar que os negócios sejam feitos no Brasil e saber o que disseram os participantes do esquema nos depoimentos. A mesma diferença entre penumbra e luz do sol. Suspeitávamos; hoje sabemos.

Só o fato de decidirem falar mostra a força das instituições. Se não acreditassem na determinação da Polícia Federal, na autonomia do Ministério Público, na independência do Judiciário, eles não fariam. Se o fizeram foi porque se renderam ao fato de que, do outro lado da mesa, o Estado está cumprindo seu papel. Por isso, por mais que seja doloroso, é bom saber dos segredos sombrios. Alimenta a esperança de que seja profilática a exibição cirúrgica de como funcionava a corrupção na maior empresa do país.

A mesma esperança ocorreu em vários momentos do julgamento do Mensalão, e ele sempre será um marco. É um erro essa ideia de que um escândalo suplanta o outro pelo volume de dinheiro. O mensalão foi um esquema de propina e financiamento político de grandes proporções que também fez com que alguns admitissem segredos sombrios. O ex-diretor financeiro do PT Delúbio Soares confessou caixa 2, “dinheiro não contabilizado”. Isso faz com que a declaração do presidente do PT, de que o partido sempre recebeu doações legais e declaradas, pareça desligada da realidade.

Do mensalão nasceu o caso Petrobras. Eles têm pontos em comum, repetição de comportamentos, engenharias financeiras parecidas e um período de concomitância temporal. Como se fossem duas células irmãs num processo de cissiparidade. Uma sai da outra e, por um tempo, intercalam-se. A mais antiga está na nova. O DNA é o mesmo, no fundo é o mesmo organismo. E é ele que está minando o Brasil, enfraquecendo a economia, solapando o sistema político.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

15 FEV 2015

O país está profundamente desgostoso, descrente até, do seu sistema político. A democracia surgiu de uma luta enorme que custou anos, levou vidas, machucou pessoas, selou destinos de forma trágica. Os depositários dessa herança a estão dilapidando de forma avassaladora e irresponsável. Os remédios que os políticos apresentam para os abalos no sistema de representação chocam pelo que revelam do que eles não entenderam. Vivemos uma crise política grave e perigosa. Não é hora de remédios para deixar tudo como está. Não é hora de acordos para garantir uma operação abafa.

A frase do juiz Sérgio Moro ilumina o horizonte turvo. Não se deve esconder, deixar em gavetas, trancar em armários, temer a luz do sol sobre os segredos sombrios. Só com sua divulgação lutaremos contra o mais antigo e perigoso dos males: o patrimonialismo. Só o velho vício explica que o PT tenha tido a audácia de chamar de sua a Petrobras dos brasileiros. Que tenha se achado no direito de dividir em partes, distribuir capitânias desse patrimônio a partidos da base e extraído para si bons bocados do bem coletivo. Sim, que o Judiciário não aceite ser o guardião dos segredos sombrios. Precisamos nos livrar desses erros, revelando-os.

“Segredos sombrios têm sido revelados em Curitiba pela ação da Polícia Federal, do Ministério Público e da Justiça. E isso fará bem a um país que sempre os trancou, para melhor proteger a elite e, assim, perpetuar uma forma escusa de fazer negócios entre o setor público e o setor privado.”

Os pontos-chave

- Segredos sombrios têm sido revelados em Curitiba pela ação da Polícia Federal, MP e Justiça.
- Sombra no processo só interessa a quem rejeita a luz sobre seus atos. Revelações fazem bem.
- Acusados só resolveram falar porque as instituições se fortaleceram. Estado está cumprindo seu papel.

15 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Justiça determina a hipoteca do edifício-sede da Petrobras

RIO DE JANEIRO
Agência O Globo

❖ Não bastasse o escândalo de corrupção investigado na Operação Lava Jato, a dificuldade de publicar seu balanço financeiro e a explosão em uma plataforma, a Petrobras tem agora seu icônico edifício-sede no Centro do Rio de Janeiro hipotecado pela Justiça. Em decisão publicada na quinta-feira, a juíza em exercício Katia Nascentes Torres, da 25.ª Vara Cível do Rio, determinou a hipoteca do imóvel da companhia para garantir o pagamento de uma dívida de R\$ 935 milhões.

O valor é referente a uma indenização devida à Refinaria privada de Manguinhos por supostos prejuízos causados, entre 2002 e 2008, pela política de preços de combustíveis praticada pela estatal. A Petrobras foi condenada a pagar a indenização no fim de novembro do ano passado. Com as dificuldades financeiras enfrentadas pela estatal por causa da Lava Jato, a Refinaria de Manguinhos entrou, em janeiro, com um pedido de hipoteca judicial para garantir o recebimento do dinheiro. A juíza Katia Torres deferiu a petição, citando os problemas de caixa da petrolífera para justificar a hipoteca.

A estatal ainda pode recorrer da decisão. A hipoteca só será útil caso se esgotem todos os recursos da Petrobras em todas as instâncias e a estatal for definitivamente condenada a pagar a indenização.

Mais de uma década

O processo de Manguinhos contra a Petrobras foi

iniciado em 2013 e pode durar mais de uma década, segundo advogados que acompanham litígios na área.

“Como o valor em jogo é muito alto, e por causa da situação da Petrobras depois das investigações da Lava Jato, Manguinhos achou que valia a pena pedir a hipoteca judicial, como forma de garantir o pagamento”, diz o advogado Paulo Stolf Cesnik, que representa a Refinaria de Manguinhos.

De acordo com Cesnik, o edifício-sede da Petrobras aparece no Registro de Imóveis fracionado em diversas matrículas. Na petição, a refinaria solicitou a hipoteca de todas elas. Segundo ele, porém, Manguinhos não sabe quanto vale a propriedade. “Certamente é suficiente para pagar a indenização, mas não fizemos qualquer avaliação do seu valor, algo que levaria muito tempo”, explica o advogado.

Segundo a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça, a juíza Kátia Torres confirmou ter decretado a hipoteca do edifício ressaltando que o procedimento é normal e visa a assegurar futuro pagamento ao credor. Procurada, a Petrobras não se pronunciou sobre o caso até o fechamento da edição.

Envolvidos na Lava Jato podem ter tido ajuda do HSBC suíço para burlar o Fisco

❖ A Receita Federal abriu investigações para apurar “hipóteses de omissão ou incompatibilidade de informações” prestadas ao Fisco Nacional por brasileiros correntistas do Banco HSBC na Suíça após vazamento de dados que indicariam evasão de divisas. Essas hipóteses, se confirmadas, seriam passíveis de autuação fiscal e de representação fiscal por ocorrência de crime contra a ordem tributária, além de responsabilização por eventuais crimes contra o sistema financeiro e de lavagem de dinheiro. Entre os investigados, estão nomes de pessoas ligadas à Operação Lava Jato, que apura desvios de verba da Petrobras. O banco HSBC teria ajudado mais de 8,7 mil brasileiros a depositar US\$ 7 bilhões em contas secretas na Suíça. Os dados fazem parte de documentos bancários que revelariam como a instituição teve um papel ativo em facilitar a abertura de contas, sem perguntar a origem do dinheiro e que, em muitos casos, teria ajudado a sonegar impostos.

16 FEV 2015

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Auxílio-moradia 1

O auxílio-moradia (*Gazeta*, 11/2) passou a ser uma maneira de aumentar os ganhos de alguns servidores públicos, como juízes, desembargadores, etc. Agora os conselheiros e auditores do Tribunal de Contas do Paraná também querem o benefício. Com tantos problemas sérios no país e no estado, acho que falta um pouco de bom senso a eles.

Reinaldo Pereira

Auxílio-moradia 2

É inadmissível que, em meio a uma crise econômica, com corte nas gratificações dos professores, dificuldade no pagamento das diárias de policiais e bombeiros e atraso nas contas em geral do estado, o Tribunal de Contas queira instituir, com base no princípio da isonomia com o Poder Judiciário, o auxílio-moradia para seus membros. Como cidadão, revolta-me ler esse tipo de notícia.

Igor Strasbach

16 FEV 2015

GAZETA DO POVO

» ESCÂNDALO DE CORRUPÇÃO

Ministro se encontrou com advogados de três empreiteiras da Lava Jato

Desde o início do mês, Cardozo já esteve com defensores da Odebrecht, UTC e Camargo Corrêa

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, recebeu em audiência realizada em seu gabinete, no último dia 5, três advogados da empreiteira Odebrecht, citada pelo ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa na delação premiada da Operação Lava Jato. O encontro consta da agenda oficial do ministro, divulgada no site da pasta. O ministério, no entanto, não informa que os advogados representam a construtora nem detalha a pauta do evento.

A edição da revista *Veja* desta semana noticiou que Cardozo encontrou Sérgio Renault, advogado da empreiteira UTC, também investigada na Lava Jato. E no sábado, a *Folha de S. Paulo* publicou que o ministro teria tido, apenas neste mês, ao menos três encontros com advogados da UTC e da Camargo Corrêa (outra empreiteira investigada).

No site do ministério, a agenda de Cardozo no dia 5 era: "Audiência com os senhores Pedro Estevam Serrano,

Maurício Roberto Ferro, Dora Cavalcanti e com a participação do secretário-executivo do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira. Pauta: visita institucional". Serrano e Dora são advogados da construtora. Ferro é o vice-presidente jurídico.

A Odebrecht foi citada por Costa em sua delação premiada. Segundo o ex-diretor da Petrobras, a construtora teria lhe pago US\$ 31,5 milhões em propina de 2012 a 2013 em contas na Suíça. A empresa classificou as acusações como "calúnias".

O que diz Cardozo

Cardozo confirmou à reportagem que se reuniu com representantes da Odebrecht e disse que os advogados foram atendidos por terem feito um pedido formal de audiência. Segundo ele, a equipe apresentou duas representações denunciando supostas irregularidades na Lava Jato, mas o ministro não quis detalhar o tema.

"As representações tramitam em sigilo e foram encaminhadas aos órgãos responsáveis, sendo informadas às autoridades competentes. Foi feita uma ata da reunião", disse o ministro.

Cardozo afirmou ainda que essa foi a única reunião que teve com advogados de empreiteiras envolvidas no escândalo. Ele nega que tenha atendido Renault. Disse que os dois apenas se cumprimentaram na antessala de seu gabinete. Cardozo também ressaltou que, em nenhum momento, tranquilizou os advogados das empreiteiras envolvidas no esquema. Ele classificou a informação como um "boato". A reportagem procurou a Odebrecht, mas não obteve resposta.

"As representações [apresentadas pela Odebrecht ao ministro] tramitam em sigilo e foram encaminhadas aos órgãos responsáveis."

José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça, negando-se a comentar o conteúdo da reunião.

16 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Joaquim Barbosa defende a demissão de José Eduardo Cardozo

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa defendeu a demissão do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em mensagem divulgada em sua conta no Twitter. Na publicação, ele sugere aos seguidores que se mobilizem para pedir a saída de Cardozo. "Nós, brasileiros honestos, temos o direito e o dever de exigir que a presidente Dilma demita imediatamente o ministro da Justiça", afirmou. Cardozo manteve neste mês uma série de encontros com advogados que defendem três empresas acusadas por investigadores da Operação Lava Jato, como a UTC, a Camargo Corrêa e a Odebrecht. Os defensores das empreiteiras teriam denunciado supostas ilegalidades na condução da Lava Jato e estariam em busca de algum tipo de ajuda do governo para soltar os 11 executivos que estão presos há meses. O Supremo e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vão julgar o mérito de pedido de habeas corpus desses executivos nos próximos meses. Cardozo foi procurado por ser, como ministro da Justiça, responsável pelas ações da Polícia Federal (PF).

Risco de impeachment

Com atraso de dois meses, a Petrobras divulgou seu balanço financeiro do 3.º trimestre de 2014, mas sem incluir o valor desviado em corrupção. Pelo que se divulgou até agora, o buraco aberto na empresa pela gestão petista é assustador: uma conta de R\$ 61,4 bilhões.

A perda foi determinada a partir da análise de 52 empreendimentos em que se envolveram empresas citadas na Operação Lava Jato. Juntos, equivalem a cerca de um terço dos ativos da estatal. Em 31 deles, o prejuízo é de R\$ 88,6 bilhões; nos outros 21, haveria ganho de R\$ 27,2 bilhões. É um caso emblemático de incompetência, má-fé e dilapidação do patrimônio público.

O governo do PT, principal responsável pelo escândalo da Petrobras, tenta manter a estratégia da vala comum: sempre foi assim, todos roubam. Não é verdade. O chamado petrolão é um esquema criminoso e capilar que só tem uma vítima, o cidadão brasileiro, e muitos culpados: os agentes políticos a serviço do governo do PT e de seus aliados; os operadores de dentro e de fora da Petrobras; e as empresas que se uniram em cartel com propósito de abocanhar os contratos.

Quando toda a verdade vier à tona, e o que já se comprovou é contundente, a punição dos culpados é inescapável. A presidente da República, do ponto de vista estritamente jurídico, dificilmente escapará do crime de responsabilidade. Seu corolário político, como se sabe, é o processo de impeachment, com eventual perda de mandato.

Tudo ocorreu nas gestões do presidente Lula e da atual presidente da República. No mandato de Lula, Dilma Rousseff era presidente do Conselho de Administração da Petrobras, que, por força da Lei das Sociedades Anônimas, tem responsabilidade direta pelos prejuízos gerados à estatal. Depois de tudo o que foi denunciado e com-

provado (basta pensar na compra da refinaria de Pasadena), é difícil fugir do crime de responsabilidade culposa contra a probidade administrativa, pois quem tinha a responsabilidade legal e estatutária de administrar a empresa deixou de fazê-lo.

Mas o desmando, creio, contaminou o mandato da atual presidente da República. A manutenção de Graça Foster — que fora alertada, segundo a imprensa, dos potenciais desvios sem ter feito nada para impedi-los — no cargo de presidente da Petrobras mostrava uma continuidade da omissão de Dilma Rousseff. Há, sem dúvida, um crime continuado da mesma gestora da coisa pública, quer como presidente do Conselho da Petrobras, quer como presidente da República, ao ficar inerte e ao manter os mesmos administradores da empresa. A substituição de Graça Foster, embora necessária, foi decidida na 25.ª hora.

A possibilidade do processo de impedimento da presidente Dilma é real e concreta. Sua sustentação jurídica, a meu ver, é bastante clara. A decisão, no entanto, cabe aos parlamentares. Trata-se de providência constitucional, mas marcadamente política. É sempre um remédio traumático, embora legal e democrático.

A crise econômica, gravíssima, demanda um governo com competência, autoridade moral e capacidade política. Estou convencido da honestidade pessoal da presidente da República. Como governante, no entanto, Dilma Rousseff foi flagrantemente omissa e incompetente num caso paradigmático de desvio de dinheiro público. Além disso, seu temperamento autoritário e arrogante, frequentemente de costas para a realidade que grita na força dos números e dos indicadores, a inviabiliza como fiadora das mudanças de que o Brasil necessita.

CONTINUA

16 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A corrupção lancetada pelo bisturi do Judiciário, tão bem representado pelo juiz Sérgio Moro, pelo excelente trabalho da Polícia Federal, pelo empenho do Ministério Público e pela força do jornalismo independente (que querem controlar sob o falso pretexto da democratização da comunicação), está perdendo o jogo. O Brasil não será o mesmo depois da Operação Lava Jato.

Seria importante que a presidente Dilma se desse conta da profunda mudança cultural que está em gestação no Brasil. E que governasse sem as algemas ideológicas. Se não o fizer, será engolida pelas consequências dos seus próprios erros.

Carlos Alberto Di Franco é jornalista.

16 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Cai número de novos “escravos” resgatados no PR

Número de trabalhadores resgatados em condição de escravidão caiu de 61 para 14 no estado, diz o Ministério do Trabalho

Felipe Vanini
especial para a Gazeta do Povo

Três trabalhadores passaram um período de quatro meses em 2014 dividindo uma barraca de lona mantida em pé por pedaços de pau. Sem luz e colchões, o grupo preparava seus alimentos em uma fogueira, buscava água de uma nascente, não tinha banheiro e estava a 25 quilômetros do núcleo urbano mais próximo, situado na cidade de Mangueirinha, no interior do Estado.

Esse é um exemplo de como vivem os trabalhadores que são resgatados de condições análogas à escravidão.

Na comparação entre 2013 e 2014, esse número diminuiu de 61 para 14 trabalhadores no Paraná, segundo um levantamento divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em 28 de janeiro, dia nacional de combate ao trabalho escravo.

Madeira e carvão

Do total de resgatados no Paraná, 13 saíram de operações comandadas pelo auditor fiscal Maurício Pavesi na área rural, especialmente em atividades ligadas à extração de madeira e à produção de carvão vegetal. Além disso, foram registradas pelo Ministério Público 75 denúncias de trabalho análogo à escravidão em 2014, contra 63 no ano anterior. Desse total, 25 resultaram em termo de ajustamento de conduta, em que o empregador é obrigado a indenizar o trabalhador.

Para Pavesi, no entanto, a quantidade de resgatados poderia ser bem maior, assim como o número de operações, caso o efetivo de auditores aumentasse. “O número reduzi-

do de auditores fiscais do trabalho compromete a fiscalização. Várias operações que realizamos foram frustradas porque os infratores desmontaram a atividade antes de chegarmos”, afirma.

Rixa atrapalha

O procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho, Gláucio Araújo de Oliveira, afirma, ainda, que rixas entre o superintendente regional do Trabalho, Neivo Beraldin, e os órgãos parceiros estão impedindo resultados melhores. “Nossa relação deveria ser próxima devido à interdependência entre a fiscalização e o Judiciário. Mas não conversei com ele há mais de um ano”, diz.

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinaif), por exemplo, já encaminhou ao Ministério do Trabalho e Emprego dois pedidos de exoneração de Beraldin, alegando interferências ilegais e indevidas. Procurada, a Superintendência Regional do Trabalho não comentou o assunto.

17 FEV 2015

» CONTAS PÚBLICAS

GAZETA DO POVO

Paraná tem o 2.º maior rombo entre os estados

Reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* mostra que 18 dos 27 governos estaduais fecharam 2014 no vermelho

Sandro Moser

O Paraná fechou 2014 como o segundo estado que teve maior déficit no orçamento público. No ano passado, o rombo nas contas do governo paranaense foi de R\$ 4,6 bilhões, segundo um levantamento divulgado nesta segunda-feira (16) pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Em números absolutos, o desequilíbrio entre receitas e gastos nas contas estaduais coloca o Paraná atrás apenas do Rio de Janeiro. O governo fluminense teve saldo negativo de R\$ 7,3 bilhões no ano passado.

Se o critério de comparação do rombo nas finanças for a relação do déficit com o Produto Interno Bruto (PIB) estadual, o Paraná fica como o terceiro estado com pior desempenho, atrás do Acre e do Tocantins (veja detalhes na tabela ao lado).

Segundo o jornal, o estudo está baseado em números divulgados pelos próprios estados, pelo Tesouro Nacional e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento mostra que os estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pará, Rondônia e Roraima, nes-

ta ordem, fecharam 2014 com contas superavitárias.

Por outro lado, 18 dos 27 governos estaduais publicaram nas últimas semanas balanços financeiros deficitários relativos a 2014. A lista dos estados “quebrados” é “democrática”: entes federativos com grande capacidade de arrecadação e outros considerados pobres integram a lista lado a lado.

Do ponto de vista partidário, a quebra também é difusa: em números absolutos os três maiores rombos estão nas contas de estados comandados respectivamente por PMDB, PSDB e PSB e por governadores que se reelegeram ou fizeram o sucessor: Rio de Janeiro, Paraná e Pernambuco. No caso do déficit em proporção ao PIB estadual, o campeão Acre é comandado pelo

quinto mandato consecutivo do PT.

Pacotaços

O desequilíbrio nas contas estaduais, foi a principal justificativa do governo do Paraná para tentar aprovar o “pacotaço” de corte de gastos — o conjunto de medidas impopulares ao funcionalismo público que o Executivo foi obrigado a retirar da pauta, após três dias de protestos e ocupação da Assembleia Legislativa por servidores, na semana passada.

A situação do Paraná, porém, não é isolada. O saldo negativo registrado nas contas dos 18 estados em crise financeira tem colocado na agenda da maioria dos governos a adoção de medidas que incluem cortes orçamentários e aumento de impostos.

CONTINUA

NO VERMELHO

Rombo dos governos estaduais no ano passado chega a R\$ 13,2 bilhões, segundo o Banco Central:

| Estado | em R\$ milhões | % do PIB estadual |
|---------------------|----------------|-------------------|
| Rio de Janeiro | 7.339 | 1,2 |
| Paraná | 4.611 | 1,5 |
| Pernambuco | 2.061 | 1,5 |
| Amazonas | 837 | 1,1 |
| Goiás | 681 | 0,5 |
| Santa Catarina | 654 | 0,3 |
| Maranhão | 631 | 0,9 |
| Rio Grande do Sul | 542 | 0,2 |
| Tocantins | 522 | 2,3 |
| Distrito Federal | 514 | 0,3 |
| Espírito Santo | 495 | 0,4 |
| Acre | 329 | 2,9 |
| Mato Grosso | 307 | 0,3 |
| Alagoas | 279 | 0,8 |
| Paraíba | 162 | 0,4 |
| Piauí | 148 | 0,5 |
| Ceará | 134 | 0,1 |
| Matro Grosso do Sul | 18 | 0,0 |

Fonte: Folha de S. Paulo.

CONTINUA

17 FEV 2015

GAZETA DO POVO

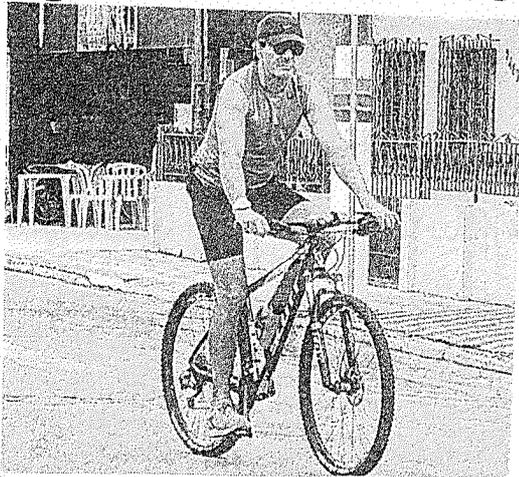
CONTINUAÇÃO

Os governadores eleitos buscam medidas de emergência para ajustar seus balanços financeiros e escapar das regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, criada em 2000 para impor medidas que evitem o descontrole das contas públicas.

Além do Paraná, o Distrito Federal e os estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás também estão tentando aprovar “pacotões” de reajuste de impostos e cortes de gastos.

NOTA POLÍTICA

Aproveitando a vida



Com os professores da rede estadual em greve e acampados em frente ao Palácio Iguazu há mais de uma semana, o **governador Beto Richa (PSDB, foto)** tirou o feriado de carnaval para descansar. Depois de ser acuado pelos servidores e ter de retirar os dois projetos de austeridade de tramitação da Assembleia Legislativa, o tucano foi visto passeando tranquilamente de bicicleta no último domingo em Porto Belo, litoral de Santa Catarina. Enquanto isso, a pressão sobre os deputados estaduais continua. Nas redes sociais, docentes não se cansam de postar mensagens e fotos contra os parlamentares que se posicionaram a favor das propostas do Executivo.

17 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

Somos os maiores

Dados do Banco Central, divulgados pela *Folha de S. Paulo* de ontem, indicam que o Paraná fechou 2014 com um déficit orçamentário de R\$ 4,6 bilhões — o segundo maior dentre as 18 unidades da federação que ficaram no vermelho. No ranking dos deficitários aparecem também nossos vizinhos sulistas — o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que, somados, fecharam o ano devendo R\$ 1,1 bilhão. Isso quer dizer que o Paraná é quatro vezes “maior” do que eles.

Déficit, como se sabe, é a diferença negativa entre o que se arrecada e o que se gasta — coisa proibida pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e com rigor ainda maior quando as dívidas são jogadas para o período administrativo seguinte, ainda que o governador, por reeleição, seja o mesmo.

A LRF prevê punições para quem assim age. Uma das penas é tornar o governante inelegível por oito anos. Mas há um detalhe: é o Tribunal de Contas que deve dizer se o déficit decorreu de negligência, imprudência ou imperícia do administrador — ou se a falência aconteceu por motivos fortuitos pelos quais o mandatário não deve ser responsabilizado.

Façamos um jogo de adivinhação com duas alternativas, sim ou não: quando julgar as contas de 2014, o Tribunal de Contas do Paraná vai desaprová-las? Sim ou não? No máximo, talvez, só apareçam algumas “ressalvas”, não mais do que isso, como costuma acontecer naquela aparelhada corte de amigos.

Embora não se deva esperar que medidas legais, punitivas, venham a ser tomadas, de uma coisa pode-se ter certeza: o Paraná nunca mais será exatamente o mesmo daqui pra frente. Vai mudar um pouco, não porque as instituições e seus líderes queiram, mas por causa da turba que — politicamente instrumentalizada ou não — tomou conta do Centro Cívico na semana passada para protestar contra o tratoração do pacote.

A Assembleia, por exemplo, já reconheceu que a partir de agora não mais funcionará em regime de comissão geral, não pela vontade de seu presidente, mas porque já não há deputados que queiram se submeter, outra vez, a ser levados à Casa do Povo a bordo de um camburão — ou “veículo blindado para transporte de tropas”, como se, nesse caso, a vergonha passe a ser menor.

Os projetos serão examinados, discutidos, eventualmente emendados e votados nas comissões temáticas antes de chegarem ao plenário para aprovação final. Isso é mais democrático. Seria o caminho natural que deveria ter sido tomado desde a elaboração das propostas.

Agora, os deputados já sabem o que pensa a população sobre as propostas. Já conhecem, também, o poder de organização e mobilização de alguns segmentos de servidores e adjacências. A pergunta é: os senhores parlamentares aprovarão o projeto do jeito que vieram ou preferirão mudá-los ou rejeitá-los? Sim ou não?

GAZETA DO POVO

O fim do "tratoração"

17 FEV 2015

O presidente da Assembleia Legislativa promete acabar com o mecanismo de tramitação apressada de projetos de lei. Esta é uma iniciativa que deve ser encorajada

Ação dos professores grevistas e servidores públicos que invadiram a Assembleia Legislativa e impediram a realização das sessões de votação do pacote de corte de gastos proposto pelo governador Beto Richa, na semana passada, levou o governo a retirar o projeto de lei e discutir o tema com os principais interessados (há uma reunião com representantes dos professores agendada para quinta-feira). E, em breve, a mobilização deve ter uma consequência prática de enorme relevância. O presidente da Assembleia, deputado estadual Ademar Traiano, disse à **Gazeta do Povo** que pretende acabar com o "tratoração", o mecanismo de tramitação-relâmpago de projetos de lei que não existe em nenhum outro Legislativo estadual a não ser o paranaense.

Segundo o regimento da Assembleia Legislativa, é possível dispensar a tramitação normal de um projeto de lei, que normalmente passaria por comissões temáticas da Assembleia e, se aprovado por elas, iria a plenário. Se os deputados assim o entenderem, podem transformar todo o plenário em "comissão geral", que analisa o projeto rapidamente e, se o texto for aprovado, o remete para votação final no mesmo plenário. Assim, consegue-se a aprovação de forma muito célere.

Acabar com o "tratoração" é uma excelente iniciativa, por diversas razões. É da natureza das democracias que projetos de lei sejam conhecidos pela sociedade e debatidos, estudados, emendados e aperfeiçoados — processo que requer dar-se o tempo razoável e necessário para aqueles aos quais compete transformá-los em leis, isto é, os parlamentares. Este processo, no entanto, estava sendo abreviado com o uso do "tratoração". Nada mais antidemocrático e atentatório aos princípios da independência e da harmonia que a atual e todas as demais constituições brasileiras, desde a proclamação da República, consagram aos poderes republicanos.

Não é salutar este procedimento, que apequena o Legislativo e desvaloriza as comissões temáticas. Num democracia, é necessário que se "parlamente", isto é, que se fale, que se debata, se explique e se convença a maioria de que algumas medidas, ainda que antipáticas, sejam compreendidas e aceitas pela maioria do parlamento, sem tramitações apressadas. Aliás, é sintomático que o estopim para a invasão do plenário, na terça-feira passada, tenha sido não tanto o conteúdo das medidas desejadas pelo Palácio Iguazu, mas a aprovação do requerimento que transformava o plenário da Assembleia em comissão geral — isto é, o primeiro passo do "tratoração".

É preciso lembrar, inclusive, que o pacote de medidas de corte de gastos do governo estadual constituiria apenas mais um de uma série de "tratorações" recentes. Foi com o mesmo expediente que a Assembleia Legislativa aprovou o condenável auxílio-moradia para o Judiciário, fez a recomposição acionária da Sanepar e criou a Fundação Estatal de Atenção à Saúde no Paraná (Funeas), outros assuntos polêmicos e que mereciam discussão aprofundada entre os deputados estaduais.

Claro, há projetos e situações que exigem urgência do Legislativo em sua análise, e o Executivo estadual não tem à disposição a possibilidade de editar medidas provisórias, como faz (muitas vezes indevidamente) o governo federal. Por isso, só o fim do "tratoração" não basta — é preciso encontrar uma nova forma de dar celeridade a certos projetos, mas sempre respeitando o princípio básico da necessidade do debate entre os parlamentares e com a sociedade. Na mesma entrevista em que prometeu deixar de usar o "tratoração", Traiano afirmou que está buscando soluções como prazos pré-determinados para a tramitação de projetos urgentes pelas comissões temáticas.

"Sempre é melhor aprender com os erros dos outros. Mas, neste caso, tivemos de aprender com os nossos próprios", afirmou o deputado Luiz Claudio Romanelli, líder do governo na Assembleia e autor do requerimento que pediu a transformação do plenário em comissão geral na terça-feira passada. Apesar da constatação de que foi necessária uma atitude extrema, como a invasão do plenário pelos servidores, para que os deputados se dessem conta da inconveniência do "tratoração", é preciso elogiar e apoiar a iniciativa de mudar o regimento para eliminar de vez esse mecanismo.

17 FEV 2015

GAZETA DO POVO

Adolescente batalha na Justiça por operação nos EUA

Com apenas 5% do intestino, Antonio Gleiber Cassiano Junior, de 15 anos, não come há seis meses

Bruna Komarchesqui

O drama do mineiro Antonio Gleiber Cassiano Junior, 15 anos, internado há seis meses no Hospital Pequeno Príncipe (HPP), em Curitiba, ganhou um novo capítulo no final da semana passada. Depois de ter 95% do intestino retirado em uma cirurgia de emergência, em agosto, ele havia conquistado na Justiça, há dois meses, o direito de fazer um transplante — que ainda está em fase experimental — em um hospital de Miami, nos Estados Unidos. Na quinta-feira passada, no entanto, a decisão foi suspensa pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sob a alegação de que as possibilidades de tratamento ainda não foram esgotadas no Brasil.

“O desembargador afirma isso embasado na ‘grande’ experiência do HC de São Paulo, que fez dois transplantes do

tipo, e os dois pacientes morreram. Não existe protocolo de atendimento, conversei com um médico de lá, e ele disse que estão em uma fase boa de aprendizado”, alega o advogado de Antonio, Claudinei Szymczak. Segundo ele, o procedimento nem mesmo consta na tabela do SUS. “Eles também sugerem mandá-lo para a Argentina, mas temos um material mostrando que o atendimento lá não é bom.”

Responsável pelo atendimento do jovem no HPP, o médico especialista em transplante de fígado e professor de cirurgia da UFPR Julio Cesar Wiederkehr confirma que o Brasil ainda não teve sucesso nesse tipo de transplantes de intestino. “A família está requerendo que o procedimento seja feito em um centro especializado, e o

maior do mundo hoje é em Miami, cujo chefe do serviço é um curitibano.”

Com um problema raro, a “síndrome do intestino curto”, Antonio não pode comer desde que passou pela cirurgia. Toda a alimentação é feita por meio de líquidos administrados na veia, a chamada nutrição parenteral. “No Brasil não existe parenteral domiciliar. Ele está bem nutrido, recuperou peso. A cirurgia precisa ser feita com certa celeridade, porque os catéteres são entradas para bactéria, há risco de infecções e de complicações, como dano ao fígado”, explica Wiederkehr.

A mãe de Antonio, a dona de casa Alessandra Marques Ribeiro, 34 anos, conta que os últimos seis meses têm sido difíceis. Para acompanhar o tratamento do filho mais velho no Paraná, ela deixou o cacula, de 7 anos, com o marido, em Campos Gerais, no Sul de Minas. “Ele [o filho mais novo] chora de saudade do Antonio, de mim. Passo os dias sentada em uma cadeira, moro no hospital. Para passar as horas, só tem televisão e Facebook.” Mesmo sem comer, Antonio sente dores no estômago e tem vômito. “Ele reclama de saudade de comer lasanha, frango. Temos muita pressa [do transplante]. A parenteral por muito tempo pode causar problema”, apela a mãe.

**“A família está
requerendo que o
procedimento seja feito
em um centro
especializado.”**

CONTINUA

Taxa de sucesso em transplantes supera 80% dos casos em Miami

De acordo com o médico Rodrigo Vianna, professor de cirurgia da Universidade de Miami e diretor-geral do Miami Transplant Institute, a taxa de sucesso de um procedimento como o que Antonio necessita é superior a 80% na instituição norte-americana. Segundo ele, o transplante de intestino pode ser acompanhado do de outros órgãos internos (estômago, pâncreas, fígado, intestino delgado e grosso), dependendo do comprometimento. "Existe fila de espera, como para qualquer outro transplante. Mas, para entrar na fila, é preciso passar por uma bateria de exames aqui, que determine a gravidade. Só pode ser listado quem estiver fisicamente nos Estados Unidos", detalha.

Nascido em Curitiba, em 1971, Vianna formou-se em medicina pela Universidade Federal do Paraná em 1994. Fez residência em cirurgia geral e aparelho digestivo no Hospital Nossa Senhora das Graças, entre 1996 e 1999. "Me apaixonei pela área e, quando já estava perto de começar a residência, comecei a procurar programas de treinamento nos Estados Unidos, pois o Brasil ainda estava engatinhando na época", recorda.

Depois de se casar em 1999 com a advogada Adriana Canet Krause, com quem tem três filhos (os gêmeos Gabriel e Lucas, de 11 anos, e Rafael, 9 anos), o médico foi para Miami. De início, por ser estrangeiro,

conseguiu apenas uma vaga no programa de pesquisa. Mesmo assim, começou a participar de muitos transplantes e, seis meses depois, foi convidado pelo chefe do serviço a ocupar uma vaga de treinamento clínico em cirurgia de transplantes abdominais, com duração de dois anos.

"Ao terminar meu treinamento, fui convidado a ficar em Miami como cirurgião e professor assistente de cirurgia. Depois de alguns meses, surgiu a proposta de ir para Indianápolis, para me juntar a outros dois cirurgiões que começavam um serviço de transplantes", lembra. Encarregado de transplantes de intestino e multiviscerais, Vianna transformou o centro numa referência mundial em operações do tipo. "Nos últimos 7 anos, fui o cirurgião a realizar o maior número deste tipo [multiviscerais] de transplantes no mundo." Voltou para Miami em 2012, como convidado para chefiar o Instituto de Transplantes. Rodrigo Vianna fez 21 procedimentos do tipo apenas no ano passado. (BK)

PRECEDENTE

Sofia conseguiu que SUS pague transplante no exterior

Casos como o de Antonio Gleiber Cassiano Junior têm se tornado mais comuns de um ano para cá. No início de 2015, a família de Davi Miguel Gama, de dez meses, morador de Franca (SP), também conseguiu liminar que garantia a realização de um transplante nos Estados Unidos cassada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) de São Paulo. Ele nasceu com uma síndrome que impede a absorção dos alimentos e precisa de um transplante de intestino para sobreviver.

As duas batalhas jurídicas têm um precedente: a família da menina Sofia Gonçalves de Lacerda, de Votorantim, região de Sorocaba, conseguiu na Justiça que o governo federal bancasse seu tratamento em Miami. A criança nasceu com a Síndrome de Berdon, doença rara que impede o funcionamento do intestino, e aguarda doador para ser submetida a um transplante de seis órgãos, incluindo o intestino. Hoje com 1 ano, Sofia, que está com os pais nos Estados Unidos desde julho de 2014, é a primeira na fila do transplante e a família se mantém no exterior com doações. (BK, com informações de Estadão Conteúdo)

18 FEV 2015

GAZETA DO POVO
» JUSTIÇA

Prisão cautelar alcança só 5% dos réus

Constituição e Código Penal preveem que cidadão detido não responda processo em liberdade caso se prove que ele pode voltar a cometer o crime

Rodrigo Batista

▮ Casos em que acusados são soltos alguns dias depois da detenção podem causar espanto na população e questionamentos por parte de algumas pessoas, que podem não entender os motivos de suspeitos estarem livres. Um caso bastante comentado é o da médica Virginia Soares de Souza. Ela foi presa em fevereiro de 2013, sob acusação de ter antecipado a morte de pacientes na UTI do Hospital Evangélico de Curitiba. Mas foi solta após 30 dias de prisão temporária. O Ministério Público chegou a pedir novamente a prisão dela, mas o pedido foi indeferido pela Justiça.

Mesmo que a liberdade de suspeitos cause espanto e indignação, a Constituição Federal e o Código de Processo Penal preveem várias medidas cautelares para que os acusados tenham algumas restrições além da prisão.

Conforme explica o procurador de Justiça do Ministério Público Rodrigo Chemim, a prisão cautelar durante o desenrolar do processo contra um acusado — ou seja, antes de a Justiça decretar sua sentença ou sua liberdade — “é a última das opções, que não chegaria a 5% dos réus atualmente”.

Garantia contra arbítrio

Segundo o procurador, a liberdade para os acusados é uma “garantia do cidadão contra um possível arbítrio do estado” e que “somente em casos extremos, para a garantia da ordem pública” a Justiça determina a prisão dos réus durante o processo. Essa ordem pública, segundo o procurador, quer dizer que o Estado, com base em provas concretas, mantém a pessoa acusada presa para que ela não volte a cometer o crime.

Caso contrário, conforme lembra o procurador, o inciso LVII do Artigo 5º da Constituição Federal afirma que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”, o que garante a liberdade enquanto o processo tramita na Justiça.

CONTINUA

18 FEV 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

TIPOS DE PRISÃO

Confira as formas de detenção, segundo o procurador de Justiça do MP Rodrigo Chemim:

● **Prisão em flagrante**

● Quando uma pessoa é pega em flagrante de algum crime, ela fica presa por, no mínimo, 24 horas, quando o juiz determina sua soltura ou não.

● Uma pessoa pode ser detida em flagrante quando encontrada enquanto pratica um crime (como assalto a mão armada); acaba de encerrar sua atividade delituosa; ou em perseguição, ao serem encontradas provas do suposto crime com ele.

● A prisão deve ser feita com base em provas e testemunhas que confirmem a infração prevista em leis, conforme prevê o inciso LXI do Artigo 5º da Constituição Federal. A autoridade policial prende, documenta o fato e comunica ao juiz, que tem 24 horas para decidir se solta ou mantém presa.

● **Prisão preventiva**

● "Exceção à regra", nesse caso não há um período exato em que o réu permanece preso,

mesmo que o caso tenha saído da Polícia e já esteja com a Justiça. São nove medidas cautelares impostas antes de chegar à prisão, como proibição de frequentar alguns locais e de sair da comarca e adoção de pulseiras eletrônicas para monitoramento. Chamada de prisão cautelar, é uma forma de evitar que o mesmo crime se repita.

● Alguns "requisitos mínimos" mantém a prisão preventiva: crime ao qual é suspeito deve ser doloso; a pena mínima para o condenado deve ser maior que 4 anos de reclusão; deve haver prova de materialidade do crime; a prova mínima de quem é o autor do ato.

● **Prisão temporária**

● O juiz pode autorizar às autoridades policiais a prisão temporária durante as investigações, caso o delegado assim entenda necessário.

● O tipo de crime influencia o tempo de detenção temporária: crimes hediondos, como homicídio doloso e latrocínio, por 30 dias, que pode ser renovado por mais 30; em outros crimes a prisão temporária vale por 5 dias e pode ser prorrogada por mais 5.

GAZETA DO POVO

Justiça e direitos para quem?

Fernando G. V. Prioste e Maiara Bitencourt de
Lima

18 FEV 2015

Logo após o fim do processo eleitoral de 2014, o Poder Executivo do Paraná, sob a justificativa de grave crise financeira, adotou medidas severas para diminuir despesas em alguns setores. Além de prejudicar setores como educação, funcionalismo e transporte público coletivo, as medidas adotadas acometem diretamente a Defensoria Pública do estado.

No último dia 6, a Secretaria da Fazenda do estado publicou no *Diário Oficial* a Resolução 25/2015, que retira da Defensoria Pública grande parte de seu orçamento para este ano. A resolução é uma afronta às decisões do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, que concedeu duas liminares nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 5.217 e 5.218, suspendendo todos os efeitos da Lei Complementar 180/2014.

Enviada pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa em dezembro de 2014, a Lei Complementar 180/2014 previa o corte de quase 70% do orçamento da instituição para 2015. Além disso, alteraria a forma de escolha do chefe do órgão, passando do atual modelo de eleição direta entre os defensores para o modelo de indicação pelo governador. Nas decisões, o presidente do STF deixou claro que a nova lei subjugaria inconstitucionalmente a Defensoria Pública ao Poder Executivo do estado.

O governador empreendeu o ataque contra a Defensoria sob a justificativa de que o órgão pagaria supersalários aos defensores públicos, afirmando que acabaria "com a farra", segundo reportagem da **Gazeta do Povo** de 7 de novembro de 2014. Entretanto, se o objetivo aparente do Poder Executivo estava relacionado com a fiscalização dos aumentos conferidos aos defensores, a ação concreta se travestiu de ataque ins-

titucional à autonomia administrativa, funcional e financeira da instituição. Se efetivado o corte orçamentário descrito na resolução da Secretaria da Fazenda, 21 das 22 sedes da Defensoria Pública seriam fechadas. Assim, o ataque institucional comandado pelo governador pode impedir que o órgão esteja presente em todas as comarcas do estado até julho de 2022, como obriga o art. 98 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

As afrontas à Defensoria devem ser combatidas juridicamente, mas devem, sobretudo, ser enfrentadas politicamente. A aproximação da instituição com a sociedade, a construção participativa de um planejamento que viabilize a implementação da defensoria em todas as comarcas do estado até 2022 (o que demandará vertiginosos aumentos anuais dos repasses financeiros), bem como uma atuação forte e eficaz dos defensores, pode ajudar a instituição a enfrentar a sanha do Poder Executivo.

A construção de uma Defensoria Pública forte beneficia toda a sociedade, seja por viabilizar acesso à Justiça para as camadas mais pobres da população, seja através de ações estratégicas autônomas de promoção dos direitos humanos de todos os cidadãos. Contudo, um governador que precariza a remuneração de professores e retira subsídios do transporte público coletivo da Região Metropolitana de Curitiba não deve estar muito preocupado com a efetivação dos direitos humanos, muito menos com as milhares de pessoas que necessitam de acesso à Justiça e não podem pagar advogados particulares.

Fernando G. V. Prioste e Maiara Bitencourt de
Lima, advogados populares, integram a
organização de direitos humanos Terra de Direitos.

18 FEV 2015

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Continua atirando 1

O ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa voltou a usar sua conta no Twitter para criticar os encontros que advogados de empreiteiras sob investigação na Operação Lava Jato tiveram com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a quem a PF é subordinada. Segundo Barbosa, quando um advogado recorre a políticos para resolver problemas judiciais, seu objetivo é corromper a Justiça. "Se você é advogado num processo criminal e entende que a polícia cometeu excessos/deslizes, você recorre ao juiz. Nunca a políticos! Os que recorrem à política para resolver problemas na esfera judicial não buscam a Justiça. Buscam corrompê-la. É tão simples assim", escreveu.

Continua atirando 2

No Twitter, Barbosa também reagiu a quem criticou suas mensagens, dizendo que hoje é um cidadão livre das amarras do cargo público. Segundo o ex-ministro do STF, as "plumes-à-gage", expressão em francês para designar quem é pago para escrever para alguém, ficaram "furiosas" com seus comentários. "Experimentem ser livres! Sei que isso seria extremamente penoso e 'custoso' para vocês."

GAZETA DO POVO

**Ex-gerente
recebeu
US\$ 6 mi no
HSBC da Suíça**

18 FEV 2015

Em sua delação premiada firmada com o Ministério Público Federal, o ex-gerente executivo de Serviços da Petrobras Pedro Barusco admitiu que recebeu propina de cerca de US\$ 6 milhões em uma conta bancária aberta no Banco HSBC em Genebra, na Suíça.

Na semana passada, uma revelação feita por uma rede de jornais de todo o mundo apontou como o HSBC manteve contas secretas na Suíça em favor de mais de mais de 100 mil clientes. Segundo os dados, o banco ajudou aproximadamente 8,7 mil brasileiros a depositar US\$ 7 bilhões na Suíça nos anos de 2006 e 2007. Pelo menos 11 pessoas ligadas ao escândalo de corrupção na Petrobras, entre elas Barusco, mantiveram contas na filial suíça do HSBC em 2006 e 2007, com saldo total de US\$ 110,5 milhões.

O ex-gerente da Petrobras mantinha no período US\$ 1,9 milhão depositado na conta do HSBC na Suíça. Barusco havia admitido que abriu um total de 19 contas em nove bancos do país europeu. No seu termo de delação premiada, o ex-gerente se comprometeu a devolver US\$ 67,5 milhões como ressarcimento aos danos causados à Petrobras.

Barusco também reconheceu ter recebido o valor aproximado de US\$ 6 milhões em nome da Offshore Vanna Hill, em nome de sua esposa Luciana Adriano Franco em conta bancária no Banco HSBC, em Genebra. O dinheiro foi pagamento de propina.

Oposição cobra explicações de reuniões de ministro com advogados

A oposição vai acionar a Comissão de Ética Pública da Presidência da República contra o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Os partidos querem explicações sobre as reuniões que o ministro teve com advogados de pelo menos três empreiteiras envolvidas na Operação Lava Jato — algumas delas não registradas em sua agenda. Além da ação na comissão, líderes da oposição também se articulam para tentar aprovar uma convocação para que Cardozo vá ao Congresso dar explicações.

“Estamos diante de um visível caso de conflito de interesses”, diz o líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB). “A presidente precisa dizer claramente ao país para quem ela governa: se é para o PT e seu projeto de poder ou para o país.”

O líder do DEM na Câmara, Mendonça Filho (PE), propôs uma ação conjunta dos partidos de oposição na defesa da independência na investigação: “Não cabe ao ministro trocar figurinhas com advogados de empresas investigadas pela Polícia Federal. Isso cria um ambiente para as mais variadas versões. A corrente majoritária do PT já atua há algum tempo para embolar o processo da Lava Jato e isentar petistas e aliados”.

Apoio petista

Parlamentares do PT apoiaram as reuniões de Cardozo com defensores das empreiteiras. Para o deputado Afonso Florence (PT-BA), faz parte do trabalho do ministro receber advogados. Quanto ao fato de algumas reuniões não aparecerem na agenda, Florence ponderou que não foi uma decisão política: “Não há uma tentativa de esconder. Muitas vezes isso nem passa pelo ministro. São circunstâncias técnicas”.

O deputado Paulo Teixeira (PT-SP) também deu apoio ao ministro. “[Cardozo] é um ministro que conversa com a advocacia”, diz.

14 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Ministro da Justiça teve 3 encontros com advogados de réus da Lava Jato

Defensores de empreiteiras buscavam ajuda do governo
para soltar executivos que estão presos

**Segundo a Folha
apurou, os advogados
teriam ouvido
promessas vagas de
José Eduardo Cardozo**

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, teve ao menos três encontros só neste mês com advogados que defendem empresas acusadas por investigadores da Operação Lava Jato de pagar propina para conquistar obras da Petrobras, como a UTC e a Camargo Corrêa.

Os defensores das empreiteiras buscavam algum tipo de ajuda do governo para soltar os 11 executivos que estão presos há meses.

Tiveram, no entanto, como resposta palavras vagas, do tipo "fiquem tranquilos, o Supremo vai acabar soltando eles", segundo a Folha ouviu de um dos advogados que esteve com o ministro.

Um advogado que participou de outro encontro disse que Cardozo foi mais assertivo. Ele relata que o ministro disse que governo usaria seu poder para ajudar as empresas no STF (Supremo Tribunal Federal), STJ (no Superior Tribunal de Justiça) e na Procuradoria Geral da República.

O ministro é o principal interlocutor de Rodrigo Janot,

o procurador-geral, que dirige o órgão responsável por acusações na justiça.

O Supremo e o STJ vão julgar o mérito de pedido de habeas corpus desses executivos nos próximos meses. Pedidos de liminar para que eles fossem libertados já foram negados pelos dois tribunais.

Os advogados, no entanto, passaram a enxergar uma espécie de janela de oportunidades com a decisão, tomada na última terça (10), de uma turma do Supremo de manter livre o ex-diretor de Serviços da Petrobras, Renato Duque.

Um dos encontros do ministro, com o advogado Sergio Renault, que defende a UTC na esfera civil, ocorreu no dia seguinte à decisão do STF, conforme a revista "Veja".

A revista relata que Cardozo prometeu a Renault que a situação dos presos pela Lava Jato "mudaria de rumo radicalmente" porque opositores também seriam envolvidos na apuração. A Folha não obteve confirmação da versão divulgada pela "Veja".

A situação dos 11 presos, ainda de acordo com advogados, teria mudado com a decisão recente do STF e pela primeira vez há a perspectiva de que sejam soltos. Parte dos advogados não acredita, porém, que o ministro tenha influên-

cia no tribunal, apesar de o PT ter indicado sete ministros.

Dizem acreditar que o Supremo tomará a decisão de libertar os executivos porque a jurisprudência da corte prevê que os réus defendam-se em liberdade. Um ministro, Marco Aurélio Mello, já criticou as prisões.

**Operação não foi
tema de encontro,
afirma Cardozo**

O ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) confirmou que teve o encontro com o advogado Sergio Renault, mas nega ter tratado da Lava Jato. Disse que eles estiveram na antessala de seu gabinete e a conversa durou dois minutos.

Em nota, Cardozo também disse que é sua obrigação legal receber advogados. A assessoria do ministro confirmou que outros advogados de investigados na Operação Lava Jato estiveram com ele, mas afirmou que não dispunha dos nomes.

Renault disse que foi ao ministério para encontrar o também advogado Sigmaringa Seixas, ex-deputado pelo PT, com quem almoçaria.

Eles negam que tenham tratado da Lava Jato com o ministro da Justiça. "Não conversei nem conversaria sobre isso. De jeito nenhum", afirmou Renault à Folha.

14 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Brasil tachará Pizzolato de 'italiano de conveniência'

Pais tenta convencer Itália a extraditá-lo

GRACILIANO ROCHA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM MÓDENA (ITÁLIA)

O Brasil vai tentar convencer a Itália de que Henrique Pizzolato é um "italiano de conveniência", que só invocou a condição de cidadão do país europeu depois de sua prisão para fins de extradição, em fevereiro do ano passado.

Na quarta (11), a Corte Suprema de Cassação, mais alta instância da Itália, autorizou a extradição do ex-diretor do Banco do Brasil, mas a palavra final cabe ao ministro da Justiça, Andrea Orlando. Ele deve decidir até a primeira quinzena de abril.

Integrantes da diplomacia em Roma ouvidos pela **Folha** apontam a cidadania italiana como o principal obstáculo para a devolução de Pizzolato e o consequente cumprimento da pena de 12 anos e 7 meses a que foi sentenciado no julgamento do mensalão.

Como a Constituição brasileira veda a extradição de cidadãos nacionais condenados no exterior, a Itália pode se recusar a entrega de Pizzolato em nome do princípio da reciprocidade —o precedente existente é o da negativa de extradição do ex-banqueiro Salvatore Cacciola em 2001.

A estratégia agora é tentar demonstrar que ele jamais se valeu da sua condição de cidadão italiano. "O Pizzolato só se lembrou que era italiano depois de ser preso", disse um diplomata envolvido

nos contatos com as autoridades italianas, sob condição de não ter o nome publicado.

"Não usufruiu da própria cidadania italiana, mas ficou vivendo com documentos falsos. Isso pode ter um peso importante", completou.

Após a decisão da Justiça, Pizzolato foi preso na quinta (12) na penitenciária de Módena (norte da Itália). É o mesmo presídio em que ele passou nove meses em 2014 após ter sido descoberto vivendo na Itália com documentos em nome de seu irmão, Celso (morto em 1978).

A **Folha** procurou o advogado de Pizzolato, Alessandro Sivelli, que não respondeu aos pedidos de entrevista.

PAINEL

Cronologia O ministro do STJ Mauro Campbell, cotado para o STF, proferiu o voto a favor de um vereador de Goiás oito dias antes de telefonema grampeado pela Polícia Federal em que o ex-senador Demóstenes Torres prometia ao bicheiro Carlinhos Cachoeira influenciar na decisão de membros da corte.

Envolvidos em esquema tinham US\$ 111 mi na Suíça

Dinheiro era mantido em contas do HSBC

Pelo menos 11 pessoas ligadas com o escândalo de corrupção na Petrobras mantiveram contas na Suíça entre 2006 e 2007, com saldo total de US\$ 110,5 milhões.

A informação foi revelada nesta sexta (13) no blog do jornalista Fernando Rodrigues.

A informação faz parte do Swissleaks, vazamento sobre contas secretas no país europeu mantidas pelo banco HSBC. Segundo o blog, do Brasil há ao todo 6.606 contas listadas, com o equivalente a R\$ 20 bilhões movimentados entre 2006 e 2007.

Entre os envolvidos na Operação Lava Jato, Julio Faerman, apontado como intermediador de propina, manteve o maior montante no HSBC suíço: US\$ 20,8 milhões.

O ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco guardou US\$ 1,9 milhão na instituição. Em depoimento, ele já havia revelado que mantinha contas no exterior e que 90% de sua propina —algo entre R\$ 40 mi e R\$ 50 mi— havia sido enviada para fora do Brasil.

Oito executivos do grupo Queiroz Galvão também mantiveram contas no HSBC suíço, incluindo Dario e Eduardo de Queiroz Galvão, ambos réus na Lava Jato.

Também o doleiro Raul Henrique Srour, que é suspeito de integrar o grupo do doleiro Alberto Youssef, tem o nome na lista —porém, sua conta está zerada.

Ao blog de Fernando Rodrigues, todos os citados negaram os fatos ou preferiram não se pronunciar. Do advogado de Julio Faerman, o blog não obteve resposta.

15 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

País já gastou R\$ 1,2 milhão para tentar trazer Pizzolato

Governo tenta, há um ano, convencer
Itália a extraditar ex-diretor do BB

Honorários advocatícios consumiram mais de R\$ 1 mi; condenado no mensalão será cobrado, afirma auxiliar de Janot

GRACILIANO ROCHA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA,
EM ROMA E MÓDENA (ITÁLIA)

A batalha judicial pela extradição de Henrique Pizzolato já custou pelo menos R\$ 1,2 milhão ao Brasil.

O levantamento, feito pela *Folha*, se baseou em dados do "Diário Oficial da União" e nos portais de transparência do governo federal.

Único dos condenados pelo mensalão a fugir do país, o ex-diretor do Banco do Brasil foi localizado em fevereiro de 2014 vivendo na Itália com documentos em nome de seu irmão Celso, morto em 1978.

Desde então, o governo brasileiro tenta trazê-lo de volta, para que ele cumpra a pena de 12 anos e 7 meses a que foi sentenciado pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Na semana passada, a Corte de Cassação italiana autorizou a devolução do fugitivo.

O Ministério da Justiça da Itália tem até abril para decidir se segue ou não a decisão da mais alta corte do país.

HONORÁRIOS

A maior despesa foi com o escritório de advocacia Gentiloni Silveri: R\$ 1,03 milhão.

Em 30 de abril de 2014, a AGU (Advocacia Geral da União) contratou os criminalistas italianos para representar o Brasil no processo que corria na Corte de Apelação de Bolonha por R\$ 797 mil.

Dispensado de licitação por se tratar de serviço especializado no exterior, o contrato vigora até 2016 e inclui a possibilidade de processar Pizzolato na Itália, caso a extradição não seja concedida.

Em 28 de outubro, o fugitivo obteve uma vitória no tribunal de Bolonha, que negou a extradição por considerar que os presídios brasileiros não respeitam os direitos humanos. O Brasil recorreu.

Foi neste momento que outro caso fez disparar o alerta da Procuradoria-Geral da República. Condenado a 20 anos por tráfico pela Justiça brasileira, o holandês Ronald Van Coolwijk conseguiu evitar a extradição com argumento idêntico ao de Pizzolato.

Um novo julgamento estava marcado para janeiro de 2015 e, para não correr o risco de o caso do holandês gerar jurisprudência negativa para o processo de Pizzolato, a AGU contratou novamente o escritório para representar o Brasil contra Van Coolwijk.

Honorários de R\$ 238 mil com a precaução que se revelaria inútil: a Corte de Apelação de Roma adiou para março o julgamento do holandês.

CLASSE EXECUTIVA

A *Folha* identificou ainda R\$ 81 mil gastos com diárias na Itália de oito servidores da PGR, da AGU e do Ministério da Justiça por causa do caso.

Portaria assinada em 2014 pelo procurador-geral, Rodrigo Janot, estabelece que procuradores têm a prerrogativa de voar na classe executiva.

"Não é um privilégio e nem todos os nossos voos foram na executiva. No Poder Judiciário, juízes têm prerrogativa de viajar na primeira classe com acompanhante", disse o chefe de gabinete de Janot, Eduardo Pelella, que foi à Itália quatro vezes em razão do caso.

Outro gasto foi com um callhamaço de quase 300 páginas com os principais trechos do acórdão do mensalão que envolvem Pizzolato. Uma empresa de Brasília o verteu para o italiano por R\$ 60 mil.

A conta teria sido de R\$ 450 mil se pedido da defesa do ex-diretor do BB para a tradução de toda a sentença do STF, que tem mais de 8.000 páginas, tivesse sido acatado.

Feita na correria para não perder o prazo da Justiça italiana, a tradução estava repleta de erros nos termos técnicos e foi corrigida por procuradores fluentes no idioma.

"Ainda vamos estudar um jeito de acionar o Pizzolato pelos gastos com advogado na Itália e com a tradução. Mas a prioridade agora é trazê-lo de volta", disse Pelella.

15 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Executivos de empreiteira negociam acordo de delação para reduzir pena

Diretores começam a discutir com procuradores após fracasso de negociações com a Camargo Corrêa

Multa bilionária e manutenção de prisões mesmo após confissão fizeram empresa se afastar de discussões

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO

Depois de quase dois meses de negociação, fracassou a tentativa da Camargo Corrêa de fechar um acordo de leniência com os procuradores da Operação Lava Jato.

Pelo acordo, a empreiteira confessaria crimes em contratos com a Petrobras e pagaria multa em troca de uma punição menor para a empresa e três de seus principais executivos, que estão presos.

Com o fracasso das negociações, os executivos começaram a discutir um acordo de delação premiada no qual eles poderiam alcançar pena menor, mas a empresa não.

Três integrantes da cúpula da Camargo Corrêa estão presos na Polícia Federal de Curitiba há três meses: João Auler, presidente do conselho de administração, Dalton Avancini, presidente da construtora, e Eduardo Leite, vice-presidente da empreiteira.

Outro presidente de empreiteira, Ricardo Pessoa, da

UTC, também negocia um acordo de delação premiada.

A Camargo Corrêa buscava um acordo de leniência para evitar ser declarada inidônea, o que a impediria de participar de obras públicas, e para contornar as acusações de que formou um cartel com suas concorrentes. A condenação pela prática de cartel redundaria em multas milionárias.

A Lava Jato já conta com 13 delatores, mas não há nenhum de uma empresa de grande porte. A Camargo Corrêa seria a primeira.

A negociação naufragou por duas razões principais, segundo a *Folha* apurou com negociadores: a empreiteira considerou que era inviável a multa exigida pelos procuradores, de R\$ 1,5 bilhão, e não aceitou que seus executivos continuassem presos mesmo depois de a empresa confessar irregularidades.

O valor inicial pedido pelos procuradores era de R\$ 2 bilhões, segundo a *Folha* apurou. A Camargo aceitaria pagar em torno de R\$ 500 milhões, segundo negociadores ouvidos pela reportagem.

Um desses negociadores disse à *Folha* que o valor oferecido pela Camargo seria um marco histórico em acordos desse tipo no Brasil, superan-

do o recorde recuperado até agora pela Lava Jato, os US\$ 97 milhões (R\$ 275 milhões) devolvidos pelo ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco.

A multa de R\$ 2 bilhões ultrapassa o valor da empresa, de R\$ 1,7 bilhão, segundo um representante da empreiteira ouvido pela reportagem.

A avaliação de R\$ 1,7 bilhão foi feita por um banco antes da deflagração da Lava Jato. Após a operação da PF esse valor caiu, mas não há avaliações disponíveis. A empreiteira faz parte de um grupo que teve uma receita líquida de R\$ 25,8 bilhões em 2013, o último dado disponível.

Na avaliação de um advogado que participou das discussões, há outras razões para o fracasso: os procuradores podem estar buscando outra empreiteira grande que aceite oferecer mais informações sobre os crimes do que a Camargo topou delatar. Ele também diz suspeitar que o governo ou representantes do PT podem ter atuado para evitar que a Camargo conte tudo o que sabe e coloque o partido em situação ainda mais delicada do que ele já está.

CONTINUA

15 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A Camargo Corrêa é acusada pelos procuradores da Operação Lava Jato de ter pago cerca de R\$ 40 milhões em propina para conseguir grandes contratos na construção da refinaria Abreu e Lima, no valor de R\$ 5,1 bilhões, e na modernização de uma unidade da Petrobras no Paraná, a refinaria Presidente Vargas, obra orçada em R\$ 2,8 bilhões.

A empresa sempre negou o pagamento de suborno.

RECEITA APURA CONTAS OCULTAS DE BRASILEIROS

A Receita Federal vai apurar operações realizadas por brasileiros em contas secretas mantidas pelo HSBC na Suíça. Em nota, o fisco diz que teve acesso à lista vazada no Swissleaks e divulgada por uma associação internacional de jornalistas. A Receita diz que análises preliminares indicam omissão ou incompatibilidade de informações prestadas ao fisco. Entre os citados estão ao menos 11 pessoas ligadas ao escândalo na Petrobras.

15 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

O QUE ELE DISSE

SÉRGIO MORO

*Não se presta o Judiciário
para ser o guardião de
SEGREDOS sombrios*

juiz federal, ao justificar a divulgação de novos depoimentos das delações premiadas do doleiro Alberto Youssef e do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa na Operação Lava Jato

PAINEL

Janela 1 Teori Zavascki indicou a auxiliares que está inclinado a amenizar o sigilo imposto a inquéritos e processos contra políticos no âmbito da Operação Lava Jato que correrão no Supremo.

Janela 2 Pelo menos as iniciais dos acusados e a tramitação devem se tornar públicos, de acordo com a proposta do relator do caso.

16 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Contas no vermelho forçam governadores a promover ajustes

Maioria dos Estados fechou balanço de 2014 com deficit no orçamento e agora precisará tomar medidas impopulares

Equipe econômica indica que aperto de cintos exigirá maior contribuição também dos governos estaduais

GUSTAVO PATU
DE BRASÍLIA

A exemplo do que ocorre com o governo federal, desequilíbrios orçamentários herdados dos mandatos anteriores estão disseminados entre os Estados e têm obrigado os governadores a tomar medidas impopulares de ajuste.

Levantamento feito pela **Folha** mostra que 18 dos 27 governadores publicaram nas últimas semanas balanços financeiros mostrando que suas contas fecharam o ano passado no vermelho.

Dito de outra maneira, as receitas desses Estados foram insuficientes para cobrir as despesas com pessoal, custeio administrativo, programas sociais e investimentos.

Trata-se de algo inédito desde que a Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em 2000, impôs regras para disciplinar as finanças públicas.

Em 2011, primeiro ano das administrações passadas, apenas dois governadores registraram saldo negativo e precisaram se endividar para financiar gastos cotidianos e obras de infraestrutura.

Ao final dos mandatos, a lista dos deficitários é ampla

a ponto de incluir Estados ricos e pobres, grandes e pequenos — e governadores dos principais partidos do país.

Isso obrigará os governadores que tomaram posse no início do ano a apertar os cintos, porque a oferta de crédito nos bancos federais e os repasses do Tesouro Nacional para obras tendem a minguar, e as receitas continuarão sofrendo com a crise econômica.

A equipe do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, indicou que espera que Estados e municípios alcancem um superávit de R\$ 11 bilhões neste ano, o equivalente a 17% da meta de economia estabelecida para o setor público, de R\$ 66 bilhões, incluindo o governo federal e as estatais.

No ano passado, os governos estaduais tiveram deficit de R\$ 13,2 bilhões, pela metodologia adotada pelo Banco Central, e de R\$ 11,7 bilhões pelos balanços locais, sem incluir o Amapá, que ainda não publicou os dados.

ESCALADA

Em valores absolutos, os maiores rombos foram contabilizados no Rio de Janeiro, no Paraná e em Pernambuco — comandados, respectivamente, pelo PMDB, pelo PSDB e pelo PSB, todos vitoriosos nas últimas eleições.

Os Estados superavitários foram São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pará, Rondônia e Roraima. Como propor-

ção da economia local, o maior deficit é o do Acre, onde o PT conquistou nas urnas o quinto mandato seguido.

A escalada dos gastos nos Estados foi amparada por políticas adotadas no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff para estimular a economia, com ampliação do crédito nos bancos oficiais.

O aumento das despesas ocorreu num período em que a arrecadação de impostos — incluindo tributos federais compartilhados com os governos regionais — acompanhou o esfriamento da economia, agravada no ano passado.

Agora, tanto o Palácio do Planalto quanto boa parte dos governadores enfrentam resistências contra os inevitáveis pacotes de ajuste fiscal.

No Paraná, o tucano Beto Richa teve de recuar em suas propostas de redução das despesas com o funcionalismo público na semana passada, quando servidores invadiram a Assembleia Legislativa.

Medidas que incluem cortes orçamentários e aumento de impostos também estão em debate no Distrito Federal — onde o governo foi obrigado a atrasar salários — e em Estados como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

16 FEV 2015

NO VERMELHO

Maioria dos Estados fechou as contas de 2014 com déficit

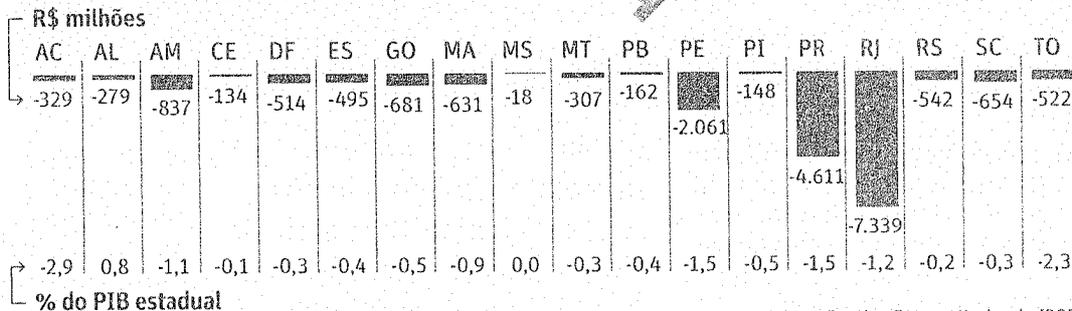


Saldo dos governos estaduais, excluindo gastos com juros, em 2014

- Com deficit
- Com superavit
- Sem dados

Os deficitários

Receitas menos despesas, excluindo juros, em 2014



Fontes: Estados, Tesouro Nacional e IBGE

NO PARANA

Na semana passada, o governo retirou da Assembleia Legislativa projetos que propunham cortes de benefícios do funcionalismo público e outras despesas, após quatro dias de protestos

OUTROS ESTADOS

Outros Estados também enfrentam dificuldades financeiras no início deste ano, por causa do aumento de gastos em 2014 e do esfriamento da economia. O caso mais preocupante é o do RJ

16 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

HSBC e Beto Richa

RICARDO MELO

Escândalo financeiro mundial e vitória contra austeridade ficam escondidos na imprensa

APROVEITANDO A mais do que merecida folga da querida e competente Vera Guimarães, vou dar uma de ombudsman accidental.

É de estranhar, para dizer o mínimo, o laconismo com que a imprensa "mainstream" local vem tratando um dos maiores escândalos da história financeira mundial.

Falo da revelação de que o HSBC na Suíça ajudou milionários a ocultar bilhões de dólares e assim fugir do fisco em seus países de origem. A lista é ecumênica: inclui desde ricos tidos como "limpos" até traficantes, ditadores e criminosos dos mais variados.

São mais de 100 mil contas. O valor da maracutaia internacional passa de US\$ 100 bilhões. Em moeda local, algo perto de R\$ 300 bilhões. O argumento de que o tema está distante do leitor nacional não resiste aos fatos: cerca de 9.000 clientes envolvidos na falcatura são brasileiros; o HSBC é um dos maiores bancos a operar no país; e, pelo que a investigação conseguiu apurar, a roubalheira decolou depois da aquisição, pelo HSBC, de um banco e de uma holding de propriedade de Edmond Safra. A familiaridade do sobrenome com o Brasil, embora não seja prova de nada, dispensa comentários e deveria ser suficiente para aguçá-la curiosidade de qualquer jornalista.

Surpresa: o assunto praticamente desapareceu, a não ser quando encontraram supostas conexões com o pessoal da Lava Jato. Esquísito. E os outros milhares de correntistas brasileiros premiados, desa-

pareceram? A história não fecha. Aliás, é a segunda vez que um trabalho do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos recebe tratamento desprezível no Brasil.

Há pouco tempo, a mesma equipe escancarou manobras tributárias de bancos e multinacionais, brasileiros incluídos, para fugir de impostos com operações em Luxemburgo. Uma das empresas acusadas na artimanha, a Price Waterhouse, por acaso vem a ser uma das que aprovavam balanços podres de instituições protagonistas da crise de 2008. Hoje a Price examina a contabilidade da Petrobras...

Detalhe: o premiê de Luxemburgo na época das sonegações, Jean-Claude Juncker, é o atual presidente da Comissão Europeia. E o homem forte do HSBC no período do vale-tudo da Suíça virou ministro no governo britânico do conservador David Cameron. Precisa mais?

PARANÁ NA MODA; E NA MÍDIA?

Curitiba viveu recentemente uma das maiores manifestações de sua história. Milhares de servidores públicos, trabalhadores e estudantes obrigaram o governador reeleito Beto Richa, do PSDB, a recuar no chamado "pacote de maldades" enviado à Assembleia Legislativa.

Entre outros disparates, o tucano propunha confiscar a previdência dos servidores para tapar rombos da antiga administração — dirigida por ele mesmo!

Deputados chegaram de camburão, reuniram-se no restaurante e, ainda assim, não conseguiram votar o pacote. Notícia daquelas, de repercussão nacional, exceto na mídia de fora da região.

Foi na capital do Paraná. Mesmo Estado onde fica a Londrina do juiz Sérgio Moro, sede do antigo Bamerindus vendido a preço simbólico ao HSBC e do Banestado (Banco do Estado do Paraná), pivô da CPI que durante os anos 90 catapultou o doleiro Alberto Yousseff para manchetes. Mera coincidência, talvez.

16 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

HSBC pede desculpa por práticas ilegais em banco na Suíça

DA REUTERS - Em um anúncio de página inteira veiculado em jornais britânicos neste domingo (15), o HSBC pediu desculpas a clientes e investidores, depois de virem a público alegações de que seu banco privado na Suíça ajudou centenas de clientes a burlar impostos no passado.

O maior banco da Europa disse que as normas em vigor hoje "não estavam universalmente estabelecidas". "Por isso, oferecemos nossas mais sinceras desculpas", afirmou o texto, assinado pelo presidente-executivo, Stuart Gulliver.

A mensagem ecoa e-mail enviado aos funcionários na sexta-feira (13), no qual Gulliver afirmou que o banco tinha, por vezes, não conseguido fazer jus aos padrões esperados.

O banco disse que estabeleceu controles muito mais rigorosos sobre quem aceita como clientes. "Não temos absolutamente nenhum apetite para fazer negócios com clientes que estão sonegando impostos".

Na lista de contas secretas do banco vazada no Swissleaks há ao menos 11 pessoas ligadas ao escândalo na Petrobras.

16 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Agenda de ministro da Justiça omite compromissos oficiais

Encontros de Cardozo com advogados de empreiteiras sob investigação viram alvo de críticas

Desde a deflagração da Operação Lava Jato, em março de 2014, site deixou de informar atividades em 80 dias

GABRIEL MASCARENHAS
DE BRASÍLIA

A agenda divulgada pelo Ministério da Justiça em seu portal na internet omite boa parte dos compromissos oficiais do ministro José Eduardo Cardozo, de acordo com levantamento feito pela **Folha**.

Nos últimos dias, após virar alvo de críticas com a revelação de que se encontrou com advogados de empreiteiras sob investigação da Operação Lava Jato, Cardozo disse que não agiu errado e que todos os seus compromissos são divulgados na internet.

Mas o levantamento da **Folha** mostra que sua agenda não informa quais foram suas atividades em 80 dos 217 dias de trabalho que ele teve desde a deflagração da Operação Lava Jato pela Polícia Federal, em 17 de março de 2014.

Nesses 80 dias, não é possível saber onde o ministro esteve, nem se houve reuniões durante o expediente.

Na sexta-feira (13), quando os encontros de Cardozo com advogados das empreiteiras

provocaram questionamentos, sua assessoria informou que audiências desse tipo são registradas na agenda oficial.

O levantamento da **Folha** mostra que apenas três encontros com advogados foram registrados desde março do ano passado. O mais recente ocorreu no dia 5 deste mês, quando Cardozo recebeu em seu gabinete três advogados que defendem a Odebrecht, segundo o jornal "O Globo".

Além deles, a agenda mostra que foram ao gabinete de Cardozo duas advogadas, em dias diferentes do mês de julho. Nenhuma delas, porém, defende personagens ou empresas envolvidas no esquema de corrupção descoberto na Petrobras pela Lava Jato.

O ministro, a quem a Polícia Federal é subordinada, diz que a lei garante a advogados o direito de ser recebido por autoridades públicas.

A **Folha** informou que Cardozo teve neste ano pelo menos três conversas com advogados de empreiteiras sob investigação, entre elas a UTC e a Camargo Corrêa. Elas não constam da agenda oficial.

Com relação aos 80 dias em que não existe registro das atividades de Cardozo, sua assessoria disse que houve "problemas no sistema de TI (Tecnologia da Informação)".

A assessoria afirmou que na maior parte desses dias Cardozo estava em despachos no gabinete ou em reuniões internas que sofreram alterações de horários. Segundo a assessoria, o encontro com advogados da Odebrecht foi o único em que o ministro tratou da Operação Lava Jato.

16 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Barbosa defende demissão de Cardozo

Ex-presidente do STF
atacou petista no Twitter

O ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Joaquim Barbosa defendeu a demissão do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, em mensagem divulgada no Twitter na noite de sábado (14).

Na publicação, ele sugere aos seguidores que se mobilizem para pedir a saída de Cardozo. "Nós, brasileiros honestos, temos o direito e o dever de exigir que a presidente Dilma demita imediatamente o ministro da Justiça".

Em mensagem posterior, Barbosa associou o pedido às notícias sobre os encontros que Cardozo teve com advogados de empresas investigadas pela Operação Lava Jato.

"Refleta: vc defende alguém num processo judicial. Ao invés de usar argumentos/métodos jurídicos perante o juiz, vc vai recorrer à política?", questionou Barbosa.

Durante o julgamento do mensalão, e mais tarde como presidente do STF, Barbosa colecionou atritos com advogados, recusando-se a recebê-los em seu gabinete e criticando publicamente a forma como defendiam seus clientes.

Em nota, Cardozo evitou polêmica com Barbosa: "Como qualquer cidadão, [ele] tem o direito de manifestar opinião sobre quaisquer fatos da vida pública nacional".

Barbosa citou um episódio associado ao julgamento do mensalão para criticar Cardozo. "Ajuda à memória coletiva: pesquisem sobre uma controversa decisão do TCU de jun/jul 2012, pouco antes do início do julgamento", disse em sua conta no Twitter.

O ex-presidente do STF se referiu a uma decisão do TCU (Tribunal de Contas da União) que considerou legal a apropriação do chamado bônus-volume pelas agências do empresário Marcos Valério Fernandes de Souza, o operador do esquema do mensalão.

A decisão se baseou na Lei 12.232/2010, que autoriza as agências de publicidade contratadas pelo governo federal a reter o bônus-volume, comissão paga pelos veículos de comunicação às agências.

A lei nasceu de um projeto apresentado por Cardozo em 2008, quando ele era deputado federal. Ele permitia a apropriação das comissões em contratos futuros, mas uma emenda do deputado Milton Monti (PR-SP) estendeu o benefício a contratos antigos, como os de Valério.

tiroteio

Joaquim Barbosa sempre desprestigiou a advocacia. Agora tenta criminalizar audiências públicas e transparentes.

DE MARCO AURÉLIO CARVALHO, coordenador jurídico do PT, sobre o ex-presidente do STF ter criticado reuniões do ministro da Justiça com empreiteiras.

17 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

CNJ apura se desembargador de SP ajudou tucano em ação

Processo penal contra deputado Barros Munhoz ficou parado por 3 anos no TJ

Crimes atribuídos ao ex-presidente da Assembleia Legislativa paulista prescreveram em razão do atraso

FREDERICO VASCONCELOS
DE SÃO PAULO

O Conselho Nacional de Justiça apura se o desembargador Armando Sérgio Prado de Toledo, do Tribunal de Justiça de São Paulo, retardou por mais de três anos o andamento de uma ação penal contra o deputado estadual e ex-presidente da Assembleia Legislativa Barros Munhoz (PSDB) para beneficiá-lo.

O desembargador relatou um processo no qual Munhoz é acusado de formação de quadrilha, fraude em licitação e omissão de informações à Promotoria em um suposto direcionamento de contrato quando foi prefeito de Itapira (SP), entre 1997 e 2004.

Todos os crimes prescreveram no período em que o processo esteve com Toledo. "Ao longo de mais de três anos e quatro meses, não houve a prática de nenhum ato processual", segundo constatou a Corregedoria do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

O crime de formação de quadrilha especificamente

prescreveu um mês antes de Toledo registrar seu voto, que foi contra o recebimento da denúncia por não atender às "exigências legais".

Outros 17 desembargadores integrantes do órgão especial que analisou o caso discordaram de Toledo ao acatar a denúncia em agosto de 2012. Eles concordaram com o voto do revisor do processo, Luís Soares de Mello, que viu indícios de desvio de verbas por parte de Munhoz, atual líder do governo Geraldo Alckmin na Assembleia.

Durante duas sessões, Toledo não respondeu as interações dos desembargadores Grava Brasil e Urbano Ruiz, que desejavam saber que providências ele havia tomado como relator para justificar o atraso do processo.

ARQUIVAMENTO NO TJ

Em junho de 2013, o então corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, determinou que a presidência do TJ-SP apurasse os fatos. O presidente à época, desembargador Ivan Sartori, instaurou o procedimento interno e arquivou o caso. Falcão registrou que o arquivamento "impediu o necessário aprofundamento das investigações".

Toledo disse que exercia várias atividades no TJ e na diretoria da Escola Paulista da Magistratura. A corregedoria do CNJ pediu uma certidão da produtividade dele. Constatou que "não houve atraso no julgamento de qualquer outro processo", além da ação contra Munhoz.

Em setembro de 2013, Falcão mandou intimar Toledo para sessão de julgamento. A reclamação disciplinar entrou em pauta em várias sessões no final do ano passado, mas não foi levado a julgamento pelo presidente do CNJ, ministro Ricardo Lewandowski, que também preside o Supremo Tribunal Federal.

Desde novembro de 2013, o sistema eletrônico do CNJ não registra movimentações do processo. Magistrados sugerem nos bastidores que há uma rede de proteção para blindar Toledo.

O julgamento finalmente foi marcado para 18 de novembro último por decisão da nova corregedora, ministra Nancy Andrighi, que examinara o processo.

No dia da sessão, porém, os advogados de Toledo protocolaram no CNJ uma documentação volumosa. Andrighi retirou o tema da pauta justificando a necessidade de analisar os documentos.

CONTINUA

17 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

AÇÃO PENAL

Em janeiro deste ano, a vice-procuradora geral da República, Ela Wiecko de Castilho, entendeu que não havia indícios suficientes para uma investigação criminal por suspeita de prevaricação de Toledo. A decisão não interrompe o processo no CNJ.

Em sua defesa, Toledo disse que estava afastado há muito tempo do julgamento de ações penais, pois atuava desde 2002 na área cível.

Disse que contou com o trabalho de uma servidora, que jamais o alertou sobre “eventual prescrição” dos crimes.



O desembargador Armando de Toledo (esq.) ao lado de Barros Munhoz em evento de 2011

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

SANTO FORTE

Como o desembargador Armando Toledo, do TJ-SP, conseguiu evitar complicações por sua conduta

COMO TUDO COMEÇOU

Armando Toledo reteve em seu gabinete durante três anos (2009-2012) uma denúncia contra vários acusados, entre eles o então presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Antonio de Barros Munhoz (PSDB-SP), suspeito de desviar recursos de Itapira (SP) quando foi prefeito do município

TRÊS ANOS DEPOIS...

Quando Toledo liberou os autos do processo com o seu voto para o revisor, em jun.2012, vários crimes já estavam prescritos. Em agosto, por 18 votos a 1 -vencido apenas Toledo- o colegiado recebeu a denúncia contra Munhoz

A RECLAMAÇÃO AO CNJ

Em junho de 2013, o Conselho Nacional de Justiça recebeu reclamação disciplinar contra Toledo. O argumento era de que o desembargador favoreceu Munhoz ao manter o processo parado em seu gabinete. O CNJ determinou que a presidência do TJ-SP investigasse o caso



A DEFESA DO DESEMBARGADOR

À Presidência do TJ-SP, Toledo afirmou que o atraso se deveu a múltiplas funções assumidas no tribunal, inclusive a articulação com a Assembleia Legislativa, e na Escola Paulista da Magistratura. O caso foi arquivado



A RESPOSTA DO CNJ

O então corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, pediu Revisão Disciplinar por entender que o arquivamento "impediu o necessário aprofundamento das investigações"



A DEMORA

Em out.2013, Falcão determinou a inclusão do assunto na pauta do CNJ e a intimação de Toledo para o julgamento. A ação só entrou na pauta mais de um ano depois



MANOBRAS

Em 11.dez.2014, na véspera da sessão do CNJ que decidiria o caso, a ministra Nancy Andrighi tirou o tema da pauta para analisar documentos protocolados pelo advogado de Toledo. Se não o fizesse, o defensor poderia alegar cerceamento de defesa

Presidente do TJ diz que caso não exigia punição

O ex-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, afirmou que determinou o arquivamento do processo contra o desembargador Armando Toledo porque "os elementos à disposição não demonstravam irregularidade capaz de gerar aposentadoria compulsória ou disponibilidade", únicas penas possíveis para desembargadores.

Segundo Sartori, "quando muito, seria o caso de advertência ou censura, mas essas penalidades somente podem ser aplicadas ao juiz de primeiro grau".

Sartori afirma que "se estivesse convencido de que teria havido coisa mais grave, como corrupção, na certa, não teria arquivado".

O desembargador Armando Toledo afirmou que não comentaria o caso, "em respeito à hierarquia" e porque está "em apreciação pela autoridade competente". "Seria antiético me manifestar", afirmou à *Folha*. Seu advogado, Alberto Pavie Ribeiro, também não comentou.

No voto que proferiu, Toledo sustentou que "a denúncia foi formulada de forma genérica". Não descrevia, segundo ele, como o deputado José Antônio Barros Munhoz "teria se apropriado ou desviado rendas públicas". Disse ainda que teve dificuldade de localizar documentos que "supostamente corroborariam as acusações".

Por meio de nota, Barros Munhoz disse respeitar a independência entre os poderes e que tem a "honra de conhecer o desembargador Armando Toledo, assim como, dezenas de desembargadores que honram e dignificam" o Judiciário paulista.

Procurados, os ministros Francisco Falcão e Nancy Andrighi não se pronunciaram.

O CNJ não respondeu aos pedidos de esclarecimentos.

17 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

TJ-SP quer criar varas de conflitos funditários

Formação de juizes está
desatualizada, diz Nalini

VANESSA CORREA
DE SÃO PAULO

Três anos após a violenta reintegração de posse do bairro de Pinheirinho, em São José dos Campos, o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Renato Nalini, colocou como prioridade de sua gestão criar varas especializadas em conflitos funditários.

A iniciativa visa corrigir distorções geradas por problemas na formação de juizes. Cerca de 100 reintegrações de posse serão cumpridas só em 2015, diz Nalini.

Segundo o presidente do TJ-SP, em geral os juizes do Estado se formaram antes das novas disposições da Constituição de 1988 e do Estatuto da Cidade, que criaram o direito à moradia e vincularam o direito à propriedade privada ao cumprimento de sua função social. Alguns cursos estão ainda desatualizados, o que leva a decisões baseadas apenas no direito de propriedade, afirma Nalini.

Ele diz ver uma tendência crescente de decisões que levem o lado social em conta.

“O Supremo Tribunal Federal já deu uma guinada bem sensível rumo ao novo constitucionalismo com a presença de juizes como o [Carlos] Aires Brito, o Luís Roberto Barroso”, explica.

Nalini pretende consolidar as varas antes de deixar o cargo, no final deste ano.

PAINEL

Progressão... Dilma vem demorando mais tempo a cada indicação de ministros do STF. A presidente começou rápido: levou um mês depois de eleita para nomear Luiz Fux para uma vaga já aberta desde o governo Lula.

... geométrica Depois, levou 3 meses para indicar Rosa Weber, 5 meses para escolher Teori Zavascki e 6 meses para apontar Luís Roberto Barroso. A vaga de Joaquim Barbosa já está aberta há quase sete meses.

17 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Em greve, professores do PR passam Carnaval acampados

Governo e sindicato se encontrarão para negociar na quinta-feira

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Após invadir a Assembleia Legislativa e impedir a votação de cortes de gastos do governo Beto Richa (PSDB), os professores estaduais do Paraná passam o Carnaval acampados em frente à sede do governo, em Curitiba.

Em greve desde o dia 9, eles pretendem permanecer no local ao menos até quinta-feira, quando haverá uma reunião entre o sindicato e o governo sobre a paralisação.

O acampamento fica sob uma cobertura de lona. À noite, cerca de cem pessoas dormem no local, em um esquema de revezamento. Até um baile de Carnaval foi improvisado: no domingo, o bloco Garibaldi e Sacis esteve no acampamento.

Uma música composta no local faz críticas a Richa: "Jaguara, traíra; tome cuidado, esse menino é um engodo. Deu calote, deu calote em todo mundo, só pra depois colocar a culpa nos outros", diz.

Os professores reclamam de falta de estrutura e de dinheiro nas escolas.

Em crise financeira há pelo menos dois anos, o governo Richa cortou milhares de servidores temporários da educação às vésperas do início do ano letivo, diminuiu o número de turmas e deixou de repassar dinheiro para a manutenção dos colégios. O terço de férias dos docentes está atrasado desde dezembro, e outros milhares de professores não receberam a rescisão de seus contratos.

"Tem escola que não tem nem papel higiênico", diz a funcionária de colégio Nádia Brixner, um das diretoras da APP Sindicato (que representa a categoria).

O governo admite que a pasta da Educação foi a mais atingida pelo corte, mas que as medidas são necessárias.

A secretaria da Educação argumenta que tem chamado novos funcionários temporários e que depositou a primeira parcela da verba para manutenção das escolas no início do mês. Promete pagar os salários atrasados até o final de fevereiro.

Na última quinta (12), deputados da base de Richa chegaram à Assembleia em um ônibus do Bope, escoltados por policiais. Milhares de professores e manifestantes, que impediam a votação de um pacote de cortes.

18 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Senado diminuiu aluguel cobrado de juizes em Brasília

Valor pago por apartamentos funcionais foi reduzido de R\$ 9 mil para R\$ 3,8 mil, abaixo da média na cidade

STJ pagou R\$ 600 mil em alugueis retroativos, mas poderá levar anos para devolver imóveis ocupados desde 2005

GABRIELA GUERREIRO
DE BRASÍLIA

Ministros de tribunais superiores e outras autoridades pagam ao Senado alugueis abaixo da média do mercado imobiliário de Brasília pela ocupação de imóveis funcionais da Casa que usam como suas residências.

O valor de R\$ 3,8 mil foi fixado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e representa metade do que os proprietários de apartamentos com as mesmas dimensões costumam cobrar, segundo imobiliárias da capital federal.

O Senado é proprietário de pelo menos 47 apartamentos em Brasília. Senadores moram em 31 desses imóveis. Os outros 16 são ocupados por juizes e outras autoridades.

Vivem em apartamentos da Casa dez ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça), quatro ministros do TCU (Tribunal de Contas da União), uma juíza e um desembargador do TRF (Tribunal Regio-

nal Federal) da 1ª Região.

Eles só começaram a pagar aluguel em 2013, quando Renan decidiu fixar o prazo de um ano para que os imóveis fossem desocupados.

O Senado reviu sua decisão depois, acertando com os tribunais que a liberação dos apartamentos ocorreria num prazo mais longo. Alguns imóveis só serão devolvidos ao Senado após 2033, como é o caso de dois cedidos ao STJ.

O valor fixado inicialmente, R\$ 9 mil, foi reduzido depois para os atuais R\$ 3,8 mil, menos da metade.

O aluguel cobrado dos juizes é igual ao valor do auxílio moradia pago pelo Senado para custear a estadia dos senadores que não ocupam imóveis funcionais na capital federal. Apenas 14 dos 81 senadores recebem o benefício atualmente.

Os demais senadores abriram mão do benefício para custear sua estadia na capital federal. Em geral, eles têm casa própria em Brasília ou preferem viver em hotéis, pagando as diárias com o salário sem recorrer ao auxílio moradia.

ÁREAS NOBRES

Todos os apartamentos do Senado ficam em áreas nobres de Brasília. Cada um tem

quatro quartos, dependência de empregada e ampla sala, divididos em quase 300 m² de área útil —além de seguranças que fazem vigilância 24 horas, mantidos pela instituição, porque diversos congressistas moram nos mesmos prédios.

Os tribunais pagaram ao Senado alugueis retroativos pela ocupação dos imóveis, que começaram a ser cedidos a autoridades do Judiciário em 2005.

Só o STJ desembolsou mais de R\$ 600 mil para quitar sua dívida com o Senado no ano passado.

Até janeiro deste ano, o Senado contabilizava em R\$ 935 mil o valor que espera receber pelos imóveis, incluindo os alugueis mensais e os pagamentos retroativos desde junho de 2013, quando Renan mudou as normas sobre o uso dos apartamentos.

Procurado pela Folha, o Senado não se manifestou sobre o valor cobrado pelo aluguel dos imóveis. A Casa também não se pronunciou sobre o período para desocupação dos imóveis, estendido pelo comando da instituição.

No início do ano, o Senado gastou R\$ 1 mi em novos móveis e eletrodomésticos para reequipar os apartamentos de 27 novos senadores.

18 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

Advogados tentam corromper justiça, afirma Barbosa

O ex-ministro do STF Joaquim Barbosa voltou ao Twitter para criticar os advogados de empreiteiras investigadas na Lava Jato que se encontraram com o ministro José Eduardo Cardozo.

“Se você é advogado num processo criminal e entende que a polícia cometeu excessos/deslizes, você recorre ao juiz. Nunca a políticos”, escreveu na madrugada desta terça (17). “Os que recorrem à política para resolver problemas na esfera judicial não buscam a justiça. Buscam corrompê-la. É tão simples assim.”

A Ordem dos Advogados do Brasil respondeu com nota que diz que o advogado “possui o direito” de ser recebido por autoridades para tratar de assuntos referentes à defesa de clientes.

PAINEL

Para recordar 1 Na delação, o ex-gerente da Petrobras disse que o Kepell Fels pagou US\$ 14 milhões em propina para ele e o ex-diretor Renato Duque para entrar em licitação de construção de sondas. Teria pago também US\$ 4,3 milhões para o tesoureiro do PT, João Vaccari.

Para recordar 2 O Jurong teria pago, segundo Barusco, US\$ 3,3 milhões aos operadores do esquema por outro contrato para fornecer sondas.

Última... Advogados de empresas investigadas ainda têm esperança de anular a operação, como o STJ fez com a Castelo de Areia, em 2010.

... que morre Uma tese em estudo seria questionar a extensão das prisões de investigados para obter delações. “A delação é instituto da defesa, não da acusação”, sustenta um criminalista.

18 FEV 2015

FOLHA DE S. PAULO

CPI da ignorância

Congressistas mais uma vez se mobilizam para fazer avançar inaceitável censura à divulgação de pesquisas eleitorais perto do pleito

Se tudo o que o deputado federal Ricardo Barros (PP-PR) quer é “saber se a divulgação de pesquisas interfere no resultado da eleição”, como declarou a esta **Folha**, então não precisaria ter solicitado a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com esse propósito.

Assim como propaganda política, filiação partidária e propostas do candidato, levantamentos sobre intenção de voto influenciam o eleitor —e, antes de definir o sufrágio, muitos ainda levam em conta um infundável, quando não insondável, conjunto de variáveis, da aparência pessoal do postulante à situação econômica do mundo.

Trata-se, portanto, de um debate estéril. A CPI apenas tomará tempo dos congressistas e dinheiro dos contribuintes para chegar a uma resposta óbvia.

Até seria possível defender a investigação parlamentar se os deputados pretendessem apurar eventuais manipulações de resultados por parte de alguns institutos.

Não é esse o caso, contudo. Barros tem como real objetivo criar ambiente favorável à aprovação de projeto de lei de sua autoria que proíbe a divulgação de pesquisas nos 15 dias anteriores aos pleitos.

Ao justificar a proposta, o deputado revela desconhecimento acerca do assunto. Afirma, por exemplo, que os levantamentos não po-

dem “incorrer em erros maiores do que a margem estipulada”, como se as pesquisas e as urnas computassem o mesmo fenômeno.

Como diretores de institutos já repetiram à exaustão, os números sobre intenção de voto retratam um momento específico, não podendo ser considerados como previsão de resultados —de resto, registram intentos, não votos.

Afora essa questão de fundo, o projeto de censura —pois disso se trata— esbarra numa dificuldade prática incontornável. Uma vez aplicada a restrição às pesquisas baseadas em metodologias conhecidas, nada impediria que circulassem boatos diversos na internet.

Nesse cenário, o eleitor permaneceria duas semanas exposto a rumores de toda natureza, sem ter o contraponto de institutos que se oferecem ao escrutínio da sociedade, dos candidatos e da Justiça.

Talvez seja este o sonho de muitos políticos: que o cidadão vote de maneira tão desinformada quanto possível. Depois de cercear a veiculação de tendências eleitorais, o passo seguinte seria, quem sabe, censurar o noticiário sobre descalabro administrativo e corrupção, que por certo interfere nas urnas.

Felizmente o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou, em 2006, sobre o veto à divulgação de pesquisas. A corte considerou, de forma unânime, que propostas desse tipo violam garantias constitucionais. Liberdade de expressão e direito à informação livre e plural não podem ser descartados por congressistas que investem no obscurantismo para se manter no poder.

14 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça afasta prefeito preso por receber propina

Chefe do Executivo de Prudentópolis, servidores e empresários são acusados de corrupção, fraude em licitações, peculato e falsidade ideológica

Luís Fernando Wilteburg
Reportagem Local

O prefeito de Prudentópolis (Sudeste), Gilvan Pizzano Agibert (PPS), foi afastado de suas funções ontem pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, depois de ter sido preso em flagrante anteontem, em Curitiba, ao receber R\$ 20 mil de um representante da empresa de coleta de lixo no município que governa. Quem assume no lugar é o vice Adelmo Luiz Klosowski (PPS). O empresário também foi preso.

A prisão ocorreu porque o prefeito era investigado há mais de um ano pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Guarapuava na "Operação Caçamba". O órgão apura denúncias de corrupção, fraudes a licitações, peculato e falsidade ideológica envolvendo 13 servidores da prefeitura e empresas.

De acordo com o coordenador-geral do Gaeco no Paraná, Leonir Batisti, há suspeitas de que empresas com contrato com a prefeitura sejam ligadas ao prefeito e estejam em nome de laranjas.

Além da prisão de Agibert e do empresário em Curitiba, houve o cumprimento de busca e apreensão na casa do prefeito e de um de seus filhos, nos setores de licitações, compras e finanças da administração municipal e nas residências de dois empresários e dois vereadores.

Foram apreendidos documentos, R\$ 69 mil e armas na casa do prefeito e R\$ 11 mil na residência de outro filho de Agibert. Ainda foram expedidos mandados de prisão para um dos filhos do prefeito e de um suposto laranja. O Ministério Público não divulgou o nome dos envolvidos.

De acordo com Batisti, as investigações sobre possíveis fraudes em licitações ainda estão em curso. Ainda de acordo com ele, há duas situações em apuração: uma que envolve um dos filhos do prefeito, servidores municipais e laranjas e a outra, convergente, na qual ele foi preso. "A decisão da Justiça pela prisão temporária do prefeito tem fundamento em fatos anteriores ao flagrante", explicou.

A FOLHA tentou contato com o procurador jurídico da prefeitura de Prudentópolis, Paulo Guedes, mas ele não foi

encontrado. De acordo com a assessoria de imprensa da administração municipal, ele passou o dia em Curitiba tentando obter mais informações sobre as acusações, já que não havia tido acesso aos autos da investigação até a tarde de ontem.

Pelo site da prefeitura, o órgão de administração informava que o prefeito seguia em Curitiba "prestando esclarecimentos". A notificação sobre o afastamento de Agibert não havia sido feita até o fim da tarde de ontem.

PUNIÇÃO PARTIDÁRIA

O diretório estadual do PPS decidiu afastar Gilvan Agibert das funções partidárias enquanto a legenda apura a denúncia de que ele recebia suposta propina do sócio da empresa de coleta de lixo de Prudentópolis. Em nota oficial divulgada ontem, o presidente Tobias de Santana também determina que o Conselho de Ética instaure procedimento para investigar o caso.

14 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

OAB e a ocupação

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná também se pronunciou, por meio de nota, sobre a ocupação do pátio da Assembleia Legislativa (AL), em ação que acabou evitando a votação do “pacotão” fiscal. “A retirada do projeto de lei 60/2015, por parte do governo do Estado, após as manifestações populares e de entidades da sociedade civil, mostra que, ao final, prevaleceu o bom senso que deveria ter pautado as ações do Poder Executivo”, diz o documento.

'Contra o açodamento'

O órgão lembrou que desde o início havia se posicionado contra “o açodamento com que o projeto de lei foi enviado à Assembleia Legislativa”. Também disse que está “aprofundando os estudos a respeito da constitucionalidade dos diversos assuntos contidos na mensagem governamental, mantendo a possibilidade de contestá-la nas esferas judiciais, desde que volte a ser apresentada com os vícios constantes do projeto original, inclusive o necessário debate prévio com a população paranaense”.

14 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Advogado de Baiano tenta anular audiência e critica Moro

Curitiba - A defesa de Fernando Soares, o Baiano, tentou, na noite de quinta-feira anular a audiência realizada ontem no Supremo Tribunal Federal (STF), pedido que não foi atendido. Antes da audiência, defensores do lobista e representantes do Ministério Público Federal (MPF) chegaram a bater boca. Um dos procuradores chegou a afirmar que os advogados de Baiano estavam fazendo "chicana" para atrapalhar o andamento do processo.

Em outro momento da audiência, perguntado pelo juiz Sérgio Moro se era o único diretor a receber propina, Paulo Roberto Costa afirmou que não e voltou a citar Renato Duque. A defesa de Nestor Cerveró protestou, afirmando que a pergunta não se limitava ao conteúdo do processo, que trata sobre o pagamento de propina para Cerveró e Fernando Soares na aquisição de navios-sonda para a Petrobras. "Quem decide sobre a pertinência é o juízo. O juízo entende que a verdade deve ser buscada dentro do processo", ressaltou Moro.

Ao sair das oitivas, Nélio Machado, que representa Baiano, reclamou que as perguntas feitas tanto pelos procuradores quanto pelo magistrado extrapolaram o feito. "A denúncia fala de um episódio de 2006, aquisição de navios-sonda. Isso não tem nada a ver com o PMDB. Então, estas perguntas feitas pelo MPF e pelo magistrado elas foram absolutamente alheias ao objeto da ação penal, e o réu se defende da denúncia", ressaltou o advogado.

E os ataques a Sérgio Moro continuaram: "Essa audiência foi feita por um juiz manifestamente incompetente do ponto de vista jurídico. Petrobras não é no Paraná, a regra que está prevalecendo é uma deturpação. Há no Brasil tribunais superiores que seguramente, no momento oportuno, vão corrigir os equívocos que têm marcado as audiências que vêm sendo realizadas no Paraná. Se desejam uma punição a qualquer preço, feita de afogadilho como se pretende, talvez consigam condenar, mas os tribunais vão corrigi-lo (juiz)", completou Nélio.

ACAREAÇÕES

Questionado sobre a publicidade de parte dos depoimentos da delação premiada de seu cliente, o advogado de Alberto Youssef, Antônio Figueiredo Basto ressaltou que as denúncias apresentadas até agora não se baseiam somente no que consta na delação. "Tenho certeza que meu cliente está falando a verdade. Não é somente a voz do meu cliente, já há uma quebra de sigilo e outros indícios documentais. A colaboração do meu cliente foi homologada pelo STF então se não houvesse uma prova contundente isso não teria sido homologado", disse.

Basto também rebateu as negativas apresentadas pelo ex-ministro José Dirceu e pelo tesoureiro do PT, João Vacarri Neto, de que não conheciam Youssef e que nunca receberam nenhum valor do doleiro. "O confronto vai existir e é natural até pelo número de colaboradores que existe e tenho certeza que vai chegar uma hora em que vamos ter que acarear todos estes caras para ver quem está falando a verdade", finalizou. (R.C.J.)

15 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

Delegado

da Receita Estadual e policial são presos

Detidos ontem pelo Gaeco, eles são acusados de envolvimento no esquema de exploração sexual de menores

Antoniele Luciano e
Mie Francine Chiba
Reportagem Local

Londrina - Mais duas pessoas foram presas ontem em Londrina pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) por suposto envolvimento no esquema de exploração sexual sob investigação em Londrina. Um dos detidos é o delegado regional da Receita Estadual, José Luiz Favoreto Pereira. O outro é o policial civil Jeferson Pereira dos Santos. Ambos tiveram a prisão preventiva decretada pela Justiça.

As apurações sobre o mesmo esquema já tinham levado à detenção do fotógrafo e ex-assessor da Casa Civil do Paraná, Marcelo Caramori, e do auditor fiscal Luiz Antônio de Souza, no dia 29 de janeiro. Solto nesta semana, Caramori também teve a prisão decretada novamente e foi detido na manhã de ontem.

De acordo com a promotora da 6ª Vara Criminal de Londrina, Caroline Esteves, ele teria descumprido o acordo de delação premiada que havia permitido a soltura dele, na última terça-feira. Novas vítimas que estariam envolvidas com o fotógrafo e que não tinham sido citadas por

Mais de 20 jovens já teriam sido identificadas como vítimas do esquema

ele foram descobertas pelos investigadores, fato que resultou na quebra do acordo e na nova prisão. "O acordo engloba confessar seus próprios crimes e dar fatos novos de outras pessoas. Ele colaborou, mas se omitiu de seus próprios crimes", comentou Caroline.

Segundo o delegado do Gaeco, Ernandes César Alves, pesam agora sobre Caramori as acusações de estupro de vulnerável e favorecimento à prostituição de vulnerável. Um novo inquérito foi instaurado para apurar o envolvimento de mais quatro vítimas, incluindo uma menor de 14 anos. "Estamos investigando os casos, na medida que os fatos chegam", explicou.

O delegado do Gaeco observa ainda que os nome do auditor fiscal e do policial civil, por sua vez, teriam surgido durante as apurações, não em depoimento de delação premiada. "Diretamente, ainda não encontramos ligação entre eles e Caramori. No momento, o que sabemos é que são conhecidos", assinalou Alves, ao salientar que se

for caracterizado vínculo entre os três, a fim de tirar proveito em comum no esquema, eles ainda podem responder pelo crime de organização criminosa.

Além da prisão do delegado da Receita Federal, policiais do Gaeco cumpriram mandado de busca e apreensão em um dos imóveis de Favoreto, nas proximidades da Rua Brasil. O objetivo era encontrar materiais relacionados aos crimes suspeitos. Conforme a promotora Caroline Esteves, o local seria utilizado por Favoreto para levar as adolescentes aliciadas. Nada foi encontrado durante a busca.

Mais de 20 jovens já teriam sido identificadas como vítimas do esquema. Os pagamentos, de acordo com o Gaeco, girariam em torno de R\$ 250 a R\$ 2,5 mil. Parte das vítimas estaria sob o efeito de drogas e álcool no momento do abuso. "O que chamou a atenção foram as vítimas de pouca posse, o aproveitar da situação financeira das vítimas", pontuou o delegado Ernandes César Alves.

CONTINUA

15 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Tanto o delegado da Receita Federal como o policial civil vão responder por favorecimento à prostituição de vulnerável. Favoreto e Caramori foram encaminhados para a Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 2). Já o policial civil seguiu para Curitiba. Ele deve cumprir a prisão preventiva na carceragem da Delegacia de Furtos e Roubos (DFRV).

Conforme o MP, os inquéritos deverão ser concluídos, serão oferecidas denúncias e os acusados devem responder por ação penal.

EXONERADO

Delegado do Gaeco informou que José Luiz Favoreto Pereira havia sido exonerado da Receita Estadual. Reportagem da FOLHA apurou que sua exoneração foi publicada no Diário Oficial na última quinta-feira, mas com validade a partir do próximo dia 18.

Defesas negam envolvimento de clientes

Londrina - Segundo a defesa do fotógrafo e ex-assessor da Casa Civil, Marcelo Caramori, não há motivos para a nova prisão decretada para ele. O acusado também não teria omitido informações ao Ministério Público no acordo de delação premiada. "Essa nova prisão foi um desdobramento da investigação anterior. Não vejo motivo para a prisão preventiva. Ele já estava à disposição da Justiça", disse o advogado Leonardo Vianna. Ele reforçou que o cliente não está envolvido em novos crimes e que também vai pedir a revogação da prisão de Caramori.

Já Rafael Garcia, advogado do delegado da Receita Federal, José Luiz Favoreto Pereira, informou que ainda será preciso se aprofundar sobre os autos do inquérito para dar mais esclarecimentos sobre as acusações imputadas ao seu cliente. Ele adiantou, contudo, que Favoreto nega que tenha qualquer partici-

pação no esquema investigado. "Ele jamais contratou programas", frisou.

Favoreto, Caramori e Santos permaneceram em silêncio enquanto estiveram ontem na sede do Gaeco.

AFASTAMENTO

O policial civil investigado foi afastado imediatamente das funções após a prisão pelo Gaeco, informou o Departamento de Policial Civil do Paraná. Ele passará a responder também a um processo administrativo disciplinar junto à Corregedoria Geral da Polícia Civil. Ao fim deste processo, Santos poderá, inclusive, ser exonerado da Polícia Civil, se for comprovado seu envolvimento e se assim entender o Conselho da Polícia Civil, órgão máximo da instituição e que deverá julgar o caso.

A reportagem da FOLHA não conseguiu entrar em contato ontem com o advogado do policial. (A.L.)

15 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Grupo de acompanhamento

O Ministério Público (MP) do Paraná informou que, em razão da relevância dos temas veiculados nos projetos que tramitavam na Assembleia Legislativa (AL), manterá o grupo de estudos instituído no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça para acompanhamento de seus eventuais desdobramentos. Na última quinta-feira, cerca de 30 mil professores e integrantes de movimentos sociais ocuparam o pátio da AL e evitaram a votação do “pacotão” fiscal do governador Beto Richa (PSDB). Com a mobilização, o governo do Estado anunciou a retirada de pauta, para “reexame”, das duas mensagens, que cortam gastos públicos e arrocham direitos trabalhistas.

Assembleia na contramão

E alheios à crise financeira, os deputados estaduais de Minas Gerais aprovaram a volta do auxílio-moradia para todos os parlamentares, incluindo aqueles que têm imóvel próprio em Belo Horizonte ou na região metropolitana da capital. Atualmente, os deputados mineiros recebem salários de R\$ 25,3 mil, valor que crescerá para R\$ 28,1 mil com os R\$ 2,8 mil do auxílio-moradia. O benefício para os parlamentares que têm imóveis na região metropolitana de Belo Horizonte havia sido extinto em 2013. Dos 77 atuais deputados, 31 incluíram residências em Belo Horizonte ou municípios vizinhos na declaração patrimonial apresentada à Justiça Eleitoral. Caso seja requisitado pelos 77 parlamentares que atuam hoje na Assembleia, o auxílio-moradia vai representar um gasto anual de R\$ 2,6 milhões aos cofres públicos mineiros.

17 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA TJ mantém condenação de Barbosa Neto

Conforme acórdão,
ex-prefeito é responsável
por fraude em licitação para
contratar empresa que
ministraria curso de formação
para guardas municipais

FRAUDE

Tribunal de Justiça do Paraná mantém condenação do ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto pelo suposto desvio de R\$ 178,9 mil em licitação para contratação de empresa que ministraria curso de formação para guardas municipais

Loriane Comeli

Reportagem Local

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná manteve a condenação do ex-prefeito de Londrina Barbosa Neto (2009-2012) pelo desvio de R\$ 178,9 mil (valor não corrigido) ao fazer licitação fraudulenta para contratar a empresa que supostamente ministraria o curso de formação para 250 guardas municipais, em 2010. Conforme o acórdão unânime, publicado em

22 de janeiro, a condenação também se estende aos ex-secretários Marco Cito (Gestão Pública) e Benjamin Zanlorenzi Júnior (Defesa Social); ao servidor Wagner Trindade; e à empresa Delmondes & Dias Ltda. e seu proprietário, Cleiton Severino Dias.

O curso, de fato, foi prestado por policiais militares e não pela Delmondes, cujo processo licitatório somente começou 17 dias após o início das aulas. Os desembargadores, assim como o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, que julgou o processo em primeiro instância em agosto de 2013, concluíram que a empresa somente foi contratada para fazer o repasse de honorários aos militares e pessoas que trabalharam no curso. "A análise desses depoimentos permite aferir que a Delmondes & Dias Ltda. limitou-se a realizar os pagamentos. Todavia, não realizou o curso, que era

o objeto da licitação", escreveu o relator do processo, Nilson Mizuta.

Os custos foram de aproximadamente R\$ 124 mil e o valor efetivamente pago pelo curso à Delmondes foi de mais de R\$ 300 mil. Portanto, a conclusão é de que os réus se apropriaram de mais de R\$ 178,9 mil. A ação foi proposta em 2011 pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Londrina. O caso também foi investigado por uma comissão especial de inquérito da Câmara Municipal.

Para o relator, "está evidenciado o dolo dos agentes, pois mesmo sabedores da situação em que se encontrava o Curso de Formação da Guarda Municipal de Londrina, realizaram processo licitatório destinado à contratação de empresa para realização de objeto que já se encontrava em execução".

CONTINUA

17 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

Mizuta individualizou as condutas dos réus, ressaltando, por exemplo, que Barbosa "compareceu à aula inaugural do Curso de Formação em 12 de abril de 2010 e, ainda assim, iniciou processo licitatório e assinou contrato com a empresa vencedora da licitação, que ministraria o mesmo curso já iniciado, a partir de 25 de maio de 2010".

Os réus foram condenados a devolver os R\$ 178 mil aos cofres da prefeitura de Londrina, à suspensão dos direitos políticos, à multa civil, perda de função pública (se exercerem) e à proibição de contratar com o poder público.

A única discordância dos desembargadores em relação à sentença de primeira instância, foi com relação à condenação por danos morais coletivos, arbitrados em R\$ 30 mil. Para o relator, não ficou provado que os atos ímprobos tenham "abalado a imagem da Polícia Militar ou da Guarda Municipal, minando a sua credibilidade perante a sociedade, capaz de caracterizar o dano moral coletivo".

Os advogados do réus não foram localizados ontem. Em entrevistas anteriores e em suas defesas perante a justiça alegaram que foi a Delmondes que ministrou o curso e sustentaram que não houve fraude.

17 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Dilma está indecisa há 7 meses sobre vaga no STF

Apesar da reputação de “gestora” ou “gerentona”, que a propaganda política difunde, Dilma Rousseff já pode ser inscrita no anedotário de presidentes indecisos: até hoje, sete meses depois da aposentadoria de Joaquim Barbosa, não consegue escolher o ocupante da vaga no Supremo Tribunal Federal. A corte funciona com dez ministros desde julho de 2014. Será o quinto ministro indicado por Dilma, em onze.

Pressões

A ideia era escolher quem ajudasse o governo e mensaleiros presos. Mas aí surgiu outro escândalo ainda mais repugnante, o “petrolão”.

Proposta indecente

A oposição acha que a “indecisão” de Dilma tem a ver com a recusa de indicados de assumir compromissos com a impunidade, no “petróleo”.

Eleitores

Lula, Renan, Sarney, Eduardo Cunha, a cúpula do PT, o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça), enfim, todos têm candidatos ao STF.

Os quatro primeiros

A primeira escolha de Dilma, em 2011, início do governo, foi Luiz Fux. Seguiram-se Rosa Weber, Teori Zavascki e Luís Roberto Barroso.

OPINIÃO DO LEITOR

Supremo Tribunal Federal

Teoricamente, o Judiciário, em especial, o Supremo Tribunal Federal (STF), teria a incumbência de garantir a ordem e a coerência do sistema normativo, ou seja, a supremacia e rigidez constitucional, culminando com a garantia daquilo que reza a Constituição. O STF, agora mais do que nunca, diante da inércia (para não dizer outra coisa) do Legislativo, vem sendo obrigado a tomar decisões importantíssimas sobre questões que afetam diretamente a sociedade brasileira. É sabido que o Poder Legislativo não vem cumprindo (por nossa culpa) suas funções constitucionais por falta de hombridade, caráter e, algo mais! Caberia, então ao STF, como guardião-mor da Constituição, entretanto, quem escolhe os Ministros é o presidente da República e, por conseguinte, a gente já sabe no que dá.

WILSON OLIVEIRA TRINDADE (bacharel em Direito) – Londrina

18 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA

O pacífico Brasil e seus milhares de mortos

Bene Barbosa

O Brasil é novamente o país com mais cidades no ranking das 50 mais violentas do mundo, de acordo com recente levantamento da organização não governamental mexicana Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal. Delas, 19 são brasileiras, sendo nove capitais da Região Nordeste. Essa quinta edição do ranking considerou apenas cidades com mais de 300 mil habitantes e levantou dados disponibilizados pelos governos. Os números são alarmantes, nenhum outro país teve tantas cidades incluídas na listagem. Depois do Brasil, o segundo colocado foi o México, com dez, quantitativo que quase corresponde, apenas, aos municípios nordestinos brasileiros constantes do rol.

A pior performance no país foi a da capital paraibana, João Pessoa, com um índice de homicídios de 79,41 por 100 mil habitantes, seguida de muito perto por Maceió, com 72,91 por 100 mil. A Organização das Nações Unidas estabelece como aceitável o índice máximo de 10 homicídios por 100 mil habitantes. A partir daí, a violência é considerada epidêmica. É o triste caso de muitas cidades do Brasil.

A compreensão das causas da criminalidade é complexa. Porém, na análise do fenômeno regional, alguns fatores surgem claros como contributivos para a instauração do quadro atual.

O que se evidencia, além da expansão das atividades relacionadas ao tráfico de drogas, que se instalaram no país de forma rápida e com pouca resistência, é a utilização de uma estratégia equivocada no combate à violência. O governo federal considerava o desarmamento civil como a solução para altos índices de homicídio. Após 11 anos da Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento) e mais de meio milhão de armas de fogo retiradas de circulação por meio de campanhas de entrega voluntária, quando são analisados os efeitos da política desarmamentista na circulação de armas de fogo no Brasil e no número de homicídios, a conclusão da ineficiência se reforça.

Nenhuma outra região do país teve tanto investimento em campanhas de desarmamento como o Nordeste. E os dados do Ministério da Justiça indicam que, no recolhimento de armas,

ali se conseguiu uma ótima adesão.

Enquanto se investe em retirar de circulação armas dos cidadãos de bem – as únicas atingidas por campanhas de desarmamento –, e impedir que os brasileiros permaneçam com suas armas regularizadas que, oprimidos por uma legislação burocrática e morosa, são empurrados para a irregularidade somente por querer exercer um direito constitucional, o tráfico se expande pelo país. Uma organização criminosa extremamente “profissional” sendo combatida de forma surpreendentemente amadora.

É certo que os criminosos não adquirem armas de fogo em lojas legais de armas, tendo fácil acesso a armamentos através do desenfreado contrabando que assola o País. E, a cada estudo a situação brasileira parece piorar. É necessário adotar medidas urgentes e efetivas para evitar mais mortes.

Interessante lembrar que o México, o segundo país com mais cidades violentas do mundo, a restrição à posse legal de armas também é fortíssima sendo que há apenas uma loja de arma legal no país todo e a mesma é controlada diretamente pelos militares. Enquanto isso, nos EUA, os americanos com seu alardeado belicismo, com suas guerras, com suas penas de morte,

com suas prisões perpétuas e com mais de 10 milhões de armas entrando no mercado legalmente e abastecendo o mercado civil anualmente veem ano após ano ver cair todos os índices de criminalidades, que já são baixíssimos.

É exatamente isso que mostram os números divulgados pelo FBI em seu relatório semestral sobre crimes violentos e contra a propriedade. Os crimes violentos, entre eles homicídios e estupro, tiveram uma queda de 4,6% no primeiro semestre de 2014 em comparação ao mesmo período de 2013. Já os crimes contra o patrimônio tiveram uma queda mais expressiva ainda de 7,5%. Pobres coitados americanos com suas mais de 300 milhões de armas nas mãos da população. Bom é o desarmado e pacífico Brasil.

BENE BARBOSA é bacharel em Direito, especialista em Segurança Pública e presidente da ONG Movimento Viva Brasil

“

É necessário adotar medidas urgentes e efetivas para evitar mais mortes

18 FEV 2015

FOLHA DE LONDRINA CLÁUDIO HUMBERTO

Adams abre vantagem

Dois ministros são considerados por Dilma para a vaga de Joaquim Barbosa no Supremo Tribunal Federal: Luís Inácio Adams (AGU) e José Eduardo Cardozo (Justiça), que perdeu força após a revelação de sua conversa com o advogado de um empreiteiro preso na Lava Jato.

Cinco do STJ no páreo

Cinco ministros do Superior Tribunal de Justiça estão no páreo para ocupar a vaga de Joaquim Barbosa no STF: Benedito Gonçalves, Luiz Felipe Salomão, Mauro Campbell, Herman Benjamin e Nancy Andrighi.

Estatat paga salários superiores ao teto do STF

A estatal EBC, criada no governo Lula, custa caro e entrega pouco. Ou entrega nada: a TV Brasil, "tevé do Lula", é traço em audiência, mas, sem compromisso com custos ou resultados, a EBC avança no bolso do contribuinte para manter 2.446 pessoas com salários como os R\$ 54.102,81 de um "chefe da assessoria" ou R\$ 56.072,05 recebidos por superintendente, superiores ao teto de ministro do Supremo Tribunal. Se fosse uma empresa privada, a EBC teria quebrado há muito tempo.

Novos marajás

Na contabilidade da EBC, salários rondam R\$ 30 mil e o chefe ganha 47.683,14. E há jornalista recebendo até R\$ 51,5 mil mensais.

Incompetência premiada

Responsáveis pela programação que ninguém vê, segundo pesquisas de audiência, recebem salários que chegam a R\$ 28.253,88.

14 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça libera biografia pela liberdade de expressão

Ação por invasão de privacidade contra jornalista Jorge Okubaro é derrubada e reacende debate sobre autorização

Uma decisão da Justiça de São Paulo rejeitou a ação por danos morais movida contra o escritor e jornalista Jorge Junzi Okubaro, editorialista do **Estado**. Em 2007, Okubaro lançou a obra *O Súdito – Banzai Massateru!* sobre a história da imigração japonesa, centrando a narrativa em seu próprio pai, Massateru Hokubaro, que deixou o Japão aos 13 anos, em 1918, e viveu no Brasil até sua morte, em 1966. Um dos personagens é Seijin Kakazu que, ao suspeitar da infidelidade de sua primeira mulher, a teria deixado juntamente com seus dois filhos mais novos. A mulher era Usaaguwaa, que acabou sendo assassinada em outro episódio e teve seus filhos adotados pelo pai de Jorge Okubaro.

Os herdeiros de Seijin Kakazu consideraram os trechos que narraram os motivos do rompimento do casal como uma exposição da vida privada de Seijin, sem autorização da família. Queriam indenização por danos morais e retirarem a obra de circulação. Okubaro e seu advogado, José Rubens Machado Campos, alegaram que não havia invasão de privacidade, já que o caso da separação se tornou conhecido pela comunidade à época e que foi relatado no livro para a construção do perfil biográfico da própria família do autor.

O relator do acórdão, José Araldo da Costa Telles, da 10.^a Câmara de Direito Privado do TJ de São Paulo, escreve o seguinte em sua sentença: “Verifica-se que a publicação limitou-se a relatar os fatos da vida do genitor do réu, sem valorar sua conduta, sendo que sequer houve impugnação à veracidade da narrativa”.



Okubaro. Livro foi finalista do Prêmio Jabuti em 2007

Quando vai concluir, cita a Constituição e faz sua argumentação baseado na liberdade de expressão, recolocando em cena o debate travado de forma acirrada por setores da sociedade desde que o cantor Roberto Carlos se opôs à biografia feita pelo jornalista Paulo César de Araújo, em 2007: “Assim, deve ser respeitada a liberdade de expressão garantida no artigo 5.^o, inciso IX, da Constituição Federal, que dispõe: ‘É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença’”.

Ana Paula Leiko, advogada dos herdeiros, considerou na ação que “a vida de seu genitor (*Seijin Kakazu*) foi exposta de maneira covarde, indevida, falseada e não autorizada”. Costa Teles rebate: “A obra é sobre a vida do pai de Jorge para um livro que foi lançado no centenário da imigração japonesa. Ele não revela fato íntimo nenhum, esses fatos eram públicos”.

A decisão favorável ao autor, à qual cabe recurso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), reafirma o direito à liberdade de expressão.

14 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Janot recomenda regime aberto a João Paulo Cunha

Procurador-geral afirma que, com pagamento de multa, ex-deputado tem direito a progressão da pena pelo mensalão

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal parecer favorável à progressão de regime do ex-deputado João Paulo Cunha (PT), condenado no processo do mensalão. Se o ministro relator do caso na Corte, Luís Roberto Barroso, seguir a recomendação, João Paulo terá direito a cumprir a pena em regime aberto - isto é, poderá voltar para casa e deixar de ser obrigado a passar as noites na prisão.

Atualmente, no regime semiaberto, João Paulo pode sair durante o dia para trabalhar, mas volta para a prisão à noite.

Em dezembro, Barroso havia negado o pedido de progressão de regime ao ex-deputado. Embora já tivesse cumprido o tempo de prisão necessário para passar para o regime aberto e registrado bom comportamento carcerário, João Paulo não havia comprovado o ressarcimento de R\$ 536,4 mil para a administração pública. Este foi o valor considerado pelo Supremo como dano causado com o crime de peculato praticado pelo ex-presidente da Câmara.

Na semana passada, o ex-deputado encaminhou à Justiça o comprovante do pagamento dos R\$ 531 mil faltantes. Ele já havia pago R\$ 5 mil aos cofres públicos em dezembro.

Sem óbice. Janot considerou que, com o pagamento, João Paulo passa agora a ter direito à progressão de regime. "Comprovado o pagamento prévio do valor mínimo a título de reparação

dos danos causados à Administração Pública, não mais índice o óbice previsto no artigo 33, parágrafo 4º, do Código Penal", escreveu o procurador-geral. "Com efeito, imperioso reconhecer a possibilidade da progressão de seu regime prisional."

Condenado a seis anos e quatro meses de prisão por peculato e corrupção passiva, João Paulo é o único condenado do núcleo político do mensalão que ainda não passou para o regime aberto. Já foram autorizados a mudar de regime o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu; o ex-deputado José Genoino (PT-SP) e o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares; além dos ex-deputados Valdemar Costa Neto (PR-SP), Bispo Rodrigues (do extinto PL-RJ) e Pedro Corrêa (PP-PE) e do ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas.

o Punição

R\$ 536,4 mil

é a multa à qual João Paulo Cunha foi condenado a pagar pelo Supremo, para ressarcir o dano causado pelo crime de peculato quando presidia a Câmara

14 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Fisco investiga alvos da Lava Jato com contas no HSBC

Receita apura 'hipóteses de incompatibilidade de informações' prestadas por brasileiros correntistas do banco na Suíça

Renata Veríssimo / BRASÍLIA

A Receita Federal abriu investigação para apurar “hipóteses de omissão ou incompatibilidade de informações” prestadas ao Fisco por brasileiros correntistas do banco HSBC na Suíça – entre eles há investigados na Operação Lava Jato –, após vazamento de dados que indicariam evasão de divisas. Essas “hipóteses”, se confirmadas, seriam passíveis de autuação fiscal por crime contra ordem tributária, além de responsabilização por eventuais crimes contra o sistema financeiro e lavagem de dinheiro.

O banco HSBC teria ajudado mais de 8,7 mil brasileiros a depositar US\$ 7 bilhões em contas secretas na Suíça. Os dados fazem parte de documentos bancários que revelariam como a instituição teve papel ativo em facilitar a abertura de contas, sem perguntar a origem do dinheiro, e que, em muitos casos, teria ajudado a evadir impostos.

Em nota, a Receita Federal informou ontem que “as análises

preliminares de alguns contribuintes já revelam hipóteses de omissão ou incompatibilidade de informações prestadas ao Fisco brasileiro, entre outros casos”. A Receita afirmou ainda que sua unidade de inteligência teve acesso a uma parte da lista contendo o nome de pessoas que “supostamente possuíam relacionamento financeiro com aquela instituição financeira na Suíça”.

O Fisco fez menção também a “indícios de movimentação financeira” reveladas nesta semana pelo Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo, que publicou a informação da existência de 6,6 mil contas abertas no HSBC na Suíça, de 1988 a 2006, “supostamente relacionadas” a 4,8 mil cidadãos de nacionalidade brasileira, que totalizariam saldo em 2006/2007 no valor de US\$ 7 bilhões. A Receita informou que “segue aprofundando as pesquisas sobre o tema”, inclusive mediante cooperação internacional.

14 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Extradição de Pizzolato é tema bilateral há meses

Reuniões entre Brasil e Itália para que brasileiro cumpra pena no País somam-se a pressão de associação de vítimas do terrorismo

Jamil Chade

ENVIADO ESPECIAL | MÓDENA

As negociações sobre o destino do ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato, condenado por envolvimento no mensalão, começaram antes de a Corte de Cassação de Roma ter autorizado a extradição do brasileiro para o Brasil, na noite de quarta-feira. Desde o final do ano passado, os governos do Brasil e da Itália mantêm reuniões sobre o assunto. Na manhã de anteontem, Pizzolato entregou-se à polícia italiana em Maranello e está preso na prisão de Sant'Anna, em Módena.

Pizzolato, que tem cidadanias brasileira e italiana, foi condenado a 12 anos e sete meses de prisão no Brasil. Mas, há um ano e cinco meses, fugiu para a Itália com um passaporte falso. Em primeira instância, a Corte de Bolonha negou sua extradição argumentando que as prisões brasileiras não têm condições de recebê-lo. Mas, nesta semana, a Corte de Cassação reverteu a decisão, autorizou a extradição e mandou prendê-lo.

O Ministério da Justiça da Itália deve anunciar seu parecer se extradita Pizzolato para o País

ou não em 45 dias. A assessoria da pasta de Andrea Orlando reiterou que “a decisão será política”.

Vítimas. A primeira manifestação pública a favor da extradição de Pizzolato ocorreu ontem. Famílias de vítimas do terrorismo na Itália se mobilizaram, por meio da Associação Italiana de Vítimas do Terrorismo, para fazer o lobby pela “troca” entre Pizzolato e o ex-ativista italiano Cesare Battisti, foragido no Brasil. A entidade espera que Pizzolato seja uma “oportunidade” para tirar o Brasil de uma posição de “imobilismo” no caso de Battisti. O italiano foi condenado na Itália à prisão perpétua por assassinatos. Ele foi membro do grupo Proletários Armados pelo Comunismo, com atuação no fim dos anos 1970.

“Um ato de reciprocidade na extradição deve ser absolutamente necessário”, declarou Lu-

ca Guglielminetti, diretor internacional da entidade. “O caso Battisti ainda não está encerrado. Não apenas para as vítimas do terrorismo na Itália, mas para toda a opinião pública italiana”, disse o diretor.

Segundo Guglielminetti, o governo de Renzi e Orlando precisa agora ter “sensibilidade e autoridade” para avaliar a situação. “Apenas podemos tomar nota da fraqueza do ministro”, afirmou Guglielminetti, em referência à postura do governo italiano em não relacionar os dois casos.

Negociação. Reuniões de representantes de Brasília foram realizadas em diversos ministérios italianos, principalmente na chancelaria e no Ministério da Justiça. No Parlamento italiano, o tema também é alvo de discussões. “Essa é a hora do lobby”, declarou a deputada brasileira no Parlamento, Renata Bueno. Ela tem atuado dentro do Executivo italiano em defesa da extradição. Na semana que vem, ela tem previsto falar com o próprio primeiro-ministro Matteo Renzi sobre o caso.

O governo brasileiro pretende repassar a conta de R\$ 224 mil das despesas com advogados e tradução de documentos a Pizzolato.

17 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

STJ mantém inquérito criminal contra Marinho

Corte acata parecer da Procuradoria-Geral da República e nega pedido da defesa do conselheiro afastado do TCE paulista

Fausto Macedo

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) mandou prosseguir a investigação criminal contra o conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Robson Marinho, por suspeita de corrupção no caso Alstom – recebimento de propinas da multinacional francesa até 2005. O ministro João Otávio de Noronha, que acolheu manifestação da Procuradoria-Geral da República e frustrou tentativa de Marinho de barrar o inquérito.

Os advogados do conselheiro afastado alegavam que “o acervo probatório que permitiu a instauração do inquérito está maculado de ilicitude irremediável, por ser derivado de outras provas ilícitas”.

O conselheiro foi afastado do cargo em agosto de 2014, por decisão da 13.^a Vara da Fazenda Pública de São Paulo, em ação civil de improbidade movida pelo Ministério Público Estadual.

Segundo a ação, Marinho recebeu US\$ 3,059 milhões (em valores atualizados para junho de 2014) em propinas da multinacional francesa Alstom. Na mesma ação, há duas semanas, a Justiça estadual bloqueou R\$ 282 milhões da Alstom e de Marinho, solidariamente com outros nove réus. No âmbito criminal, o conselheiro afastado é alvo de inquérito perante a corte superior porque detém foro privilegiado.

Banqueiro. Boa parte da ação civil e do inquérito criminal se baseia em documentos enviados pelo Ministério Público da Suíça, onde fora instaurada investigação contra o banqueiro Oskar Holenweger, daquele país europeu.

Os defensores de Marinho sustentam que a Justiça suíça decretou a ilicitude das provas dessa investigação – as produzidas na ação contra Oskar Holenweger, do Banco Tempus, a partir da qual surgiram as apurações do caso Alstom em que Marinho é citado como detentor de valores em instituição financeira suíça.

A conduta considerada ilegal de agentes infiltrados culminou com a absolvição do banqueiro.

A defesa do conselheiro afastado amparou seu recurso ao STJ exatamente na decisão da Justiça suíça que declarou a ilicitude da apuração contra o banqueiro.

A tese, porém, esbarrou na manifestação da vice-procuradora-geral da República Ela Wiecko. Ela defendeu a continuação do inquérito criminal contra o conselheiro afastado.

Em seu parecer, acatado pelo ministro Noronha, a vice-procuradora-geral alertou que “os crimes em investigação exigem atuação pública indisponível”. Ela Wiecko destaca que o inquérito “alcançou informações obtidas segundo a ordem jurídica brasileira, dados bancários e fiscais”.

“As informações, legalmente alcançadas, não podem ser desprezadas. A investigação criminal precisa prosseguir.”

A vice-procuradora fustigou a tese da defesa. “Não há que se falar em ilicitude por derivação das provas do caso Alstom produzidas na Suíça. A decisão da Justiça suíça só tem validade para os processos que lá tramitam, não fazendo coisa julgada para o Judiciário pátrio, que é soberano, não estando vinculado a decisões de tribunais estrangeiros.”

Na manifestação acolhida pelo ministro do STJ, Ela Wiecko enfatizou a atuação de promotores e procuradores brasileiros. “Importante ressaltar que ainda virão outras provas

produzidas na França e nos Ministérios Públicos Federal e de São Paulo, como a oitiva de testemunhas, que são válidas e corroboram os fatos, não sendo cabível o trancamento precoce da investigação.”

Robson Marinho sustenta que não recebeu propinas da Alstom. Ele diz ter convicção de que irá recuperar a cadeira de conselheiro ainda este ano.

A Alstom nega a prática de corrupção.

17 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Efeitos da demarcação

Em março de 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) pôs fim a uma longa batalha judicial a respeito da demarcação da reserva Raposa-Serra do Sol, em Roraima. A mais alta Corte do País determinou que a demarcação da reserva deveria ser contínua e que os não índios deveriam desocupar imediatamente o local. Quase seis anos depois, os efeitos da decisão do STF no Estado de Roraima são notórios. Conforme reportagem do **Estado**, a produção agrícola caiu, aumentou o funcionalismo público e cresceram os repasses federais. Ou seja, a região enfraqueceu-se economicamente e está mais dependente da União, trilhando o caminho inverso do que era de esperar.

Alvo de disputa desde os anos 70, a terra indígena Raposa-Serra do Sol foi declarada em 1998 de posse permanente indígena por meio de portaria do Ministério da Justiça, o que desencadeou diversos processos judiciais questionando a decisão. Em 2005, o presidente Lula homologou novamente a reserva, mas a contenda jurídica não cessou. Seria finalizada pelo STF apenas em 2009, quando se estabeleceu que a reserva deveria ser contínua, determinando a saída imediata dos agricultores não indígenas. Ficava assim definido que a população indígena da área – em torno de 20 mil pessoas, na época – teria direito ao usufru-

to exclusivo das riquezas naturais e das utilidades existentes na reserva, uma área com aproximadamente 1,7 milhão de hectares e perímetro de mil km.

Como era previsível, o Estado de Roraima, que atualmente tem metade da sua área destinada a reservas indígenas, vem sofrendo as consequências da demarcação da Reserva Raposa-Serra do Sol. Com a expulsão dos agricultores, a exportação agrícola do Estado caiu pela metade. Em 2006, a produção agrícola totalizava US\$ 16,4 milhões. Em 2013, o valor já não ultrapassava US\$ 8 milhões. Essa queda não deixa de ser um reflexo da diminuição da área dedicada à agricultura. Por exemplo, em 2009, 22 mil hectares de terra eram utilizados para a plantação de arroz. Em 2010, eram apenas 9 mil hectares.

Com a diminuição da sua capacidade produtiva, o Estado de Roraima ficou ainda mais dependente do governo federal, necessitando de maiores repasses. Em 2009, os repasses da União foram de R\$ 1,8 bilhão. Em 2013, totalizaram R\$ 2,4 bilhões.

Com a demarcação, a situação econômica e social de muitas pessoas – índias e não índias – se tornou precária. Não poucos índios se tornaram mendigos. Para alguns comerciantes, a solução foi migrar para a Guiana, como forma de escapar de entraves burocráticos em Roraima. Segundo comerciantes brasileiros instalados na Guiana, ouvidos pela reportagem do **Estado**, a demarca-

ção da reserva aumentou as exigências burocráticas; por exemplo, a apresentação de documentos de posse de terras para obter crédito e empréstimos no banco. Um servidor público relata também que, “com a saída dos arroteiros, a cidade perdeu economia. E o contrabando (*de gasolina, oriunda da Venezuela*) virou meio de vida aqui”.

Algumas ONGs internacionais, que tiveram participação expressiva no processo judicial da demarcação de terras contínuas da Raposa-Serra do Sol, continuam atuantes na área e batalhando pela não integração dos índios, já que entendem ser a integração um processo radicalmente desigual. No entanto, para o antropólogo Edward Luz, ex-consultor da Funai, a proposta de muitas das ONGs é um retorno ao passado e, com isso, “povos indígenas brasileiros são impedidos de produzir, explorar as riquezas de suas terras, e passam a viver na miséria. (...) Isso sem falarmos das mulheres, que são submetidas a abusos de toda ordem sem que os homens sejam punidos”.

Os desafios da reserva indígena Raposa-Serra do Sol são inúmeros. E levantam sérias dúvidas a respeito da capacidade do Estado, seja em qual esfera for, para resolvê-los. O respeito aos índios vai muito além da demarcação de terras exclusivas, e não necessariamente passa por demarcá-las sempre. Casos complexos dificilmente são resolvidos com soluções únicas predefinidas.

18 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

Barbosa diz que advogados tentam 'corromper' a Justiça

Ex-presidente do Supremo critica defensores que recorrem a políticos; criminalistas que atuam na Lava Jato reagem

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa voltou a usar a internet para criticar os encontros de advogados de investigados na Operação Lava Jato com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Na madrugada de ontem, ele afirmou que aqueles que recorrem à política para resolver problemas judiciais “não buscam a Justiça”. “Buscam corrompê-la. É tão simples assim”, escreveu em sua conta no Twitter.

“Se você é advogado num processo criminal e entende que a polícia cometeu excessos/deslizes, você recorre ao juiz. Nunca a políticos!”

A nova manifestação gerou reação entre entidades da advocacia e defensores de réus na Lava Jato. No fim de semana, Barbosa já havia recorrido à rede social para pedir a demissão de Cardozo, após divulgação de notícias de que o ministro da Justiça teria se reunido com advogados de empreiteiras investigadas no esquema de corrupção e propina envolvendo a Petrobrás.

“Nós, brasileiros honestos, temos o direito e o dever de exigir que a presidente Dilma demita imediatamente o Ministro da Justiça”, escreveu.

Cardozo confirmou ao Estado a audiência com advogados da construtora Odebrecht, como consta em sua agenda, e evitou polemizar com o ex-presidente do Supremo.

Ontem, Barbosa também utilizou o Twitter para reagir às críticas. “Meus críticos fingem não saber que hoje sou um cidadão livre.”

o 'Cerceamento'

“A palavra do ministro Joaquim Barbosa é mais um desrespeito à advocacia entre tantos. O Brasil vive um clima de cerceamento dos próprios advogados, há uma confusão entre advogado e acusado”

Celso Vilardi

ADVOGADO DE RÉUS
DA CAMARGO CORRÊA
NA LAVA JATO

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) divulgou nota em que sustenta que o advogado tem direito de ser recebido por autoridades “de quaisquer dos poderes” para tratar de assuntos relativos à defesa dos clientes. “Essa prerrogativa do advogado é essencial para o exercício do amplo direito de defesa. Não é admissível criminalizar o exercício da profissão”, afirmou a OAB. A entidade informa ainda na nota que “sempre lutou e permanecerá lutando” para que o advogado seja recebido em audiência por autoridades e servidores públicos.

‘Dever’. Para o criminalista Alberto Toron, que atua em defesa de executivos da UTC na Operação Lava Jato, Cardozo tem o “dever” como ministro da Justiça de receber advogados que desejem fazer reclamações. “Não vejo problema de um ministro ouvir reclamação sobre os indígenas, assim como não vejo problema de ouvir reclamação sobre os juízes togados”, afirmou Toron.

O advogado argumenta que Cardozo também tem mantido interlocução com o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, responsável pela condução das investigações. “As declarações do Joaquim Barbosa só podemos ouvir porque é carnaval. É uma tonteira.”

Outro advogado com clientes envolvidos na Lava Jato, Celso Vilardi, que defende executivos da Camargo Corrêa, também criticou Barbosa: “A palavra do ministro Joaquim Barbosa é mais um desrespeito à advocacia entre tantos. O Brasil vive um clima de cerceamento dos próprios advogados, há uma confusão entre advogado e acusado”, completou.

O presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Antônio César Bochenek, disse que até o momento não há notícia de nenhuma interferência no processo judicial como resultado dos encontros entre Cardozo e advogados.

Carlos Ayres Britto, ex-ministro e também ex-presidente do Supremo, avalia que é direito do advogado “vocalizar suas pretensões” junto a qualquer autoridade do País. “Não veria esse episódio como significativo de cumplicidade ou acobertamento das investigações.”

Não é a primeira vez que Barbosa se envolve em atritos com a comunidade jurídica – tanto com advogados como magistrados. Num dos momentos mais polêmicos, durante o julgamento do mensalão, o ex-ministro expulsou do plenário do Supremo o advogado Luiz Fernando Pacheco, que atuava em defesa de José Genoino.

Em outro momento, Barbosa chegou a sugerir que há um “conluio” entre advogados e juízes.

Após se aposentar do STF, ele teve o pedido de inscrição na OAB do Distrito Federal questionado formalmente pelo presidente da seccional, Ibaneis Rocha. O registro foi concedido posteriormente.

CONTINUA

18 FEV 2015

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

CRONOLOGIA

Defesa na mira

19 de Março de 2013
Contato jurídico

Durante sessão do CNJ, Barbosa afirma haver 'conluio' entre juízes e advogados.

18 de Abril de 2013
Tribunais em resorts

Sobre criação de tribunais regionais federais, ele diz que vão ser criados em 'resorts' para 'dar emprego a advogados'.

11 de Março de 2014
Público e privado

Barbosa defende que a OAB arque com despesas de salas em fóruns, separando "o público do privado".

11 de Junho de 2014
Expulsão de advogado

Então presidente do STF expulsa do plenário o advogado Luiz Fernando Pacheco, que defendeu o ex-deputado José Genoíno.

14 de Fevereiro de 2015
Exigência por demissão

No Twitter, ele exige que a presidente demita o ministro José Eduardo Cardozo.

Ontem
Política e Justiça

Barbosa diz que advogados recorrem à política para 'corromper a Justiça'.

18 FEV 2015

BEMPARANÁ

Plano de Saúde é obrigado a arcar com prótese peniana

A Caixa de Assistência dos Empregados da Saneago (Casasan) foi obrigada a arcar com a prótese peniana inflável para um segurado que sofre de impotência sexual, mesmo sem prever tal tratamento em contrato. A decisão é da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), nos termos do voto do relator do processo, o juiz substituto em segundo grau Wilson Safatle Faiad.

Paciente crônico de hipertensão e diabetes, o autor da ação sofre, como seqüela, de disfunção erétil. Ele teria passado por várias terapias clínicas e medicamentosas, mas nenhuma surtiu efeito, quando, então, seu médico indicou a implantação da prótese. Diante dos fatos, o relator considerou a importância do tratamento para a saúde do paciente. O procedimento desejado é

de grande relevância para surgimento e posterior manutenção da saúde física, mental e emocional do segurado, já que não se pode negar a importância de tal questão na vida de um homem, mormente casado, e em pleno vigor físico.

Em primeiro grau, a sentença de obrigação de fazer, com tutela antecipada, já havia sido deferida a favor do homem. O plano de saúde recorreu, alegando que a prótese tem finalidade estética, não é regulamentada pela Agência Nacional de Saúde (ANS), nem, tampouco, listada em cláusula contratual de cobertura. Contudo, Wilson Safatle Faiad considerou que a saúde é um direito constitucionalmente previsto, devendo prevalecer sobre qualquer restrição contratual, sobretudo se o material cuja cobertura foi negada se mostra indispensável à melho-

ra do quadro do paciente.

Sobre a relação estabelecida entre as partes - autor da ação e plano de saúde - o relator explanou que incide o Código de Defesa do Consumidor (CDC), que estabelece o contratante como hipossuficiente. Nessas condições, a cláusula abusiva de restrição configura-se, visivelmente, abusiva, pois coloca o segurado em desvantagem, o que é proibido (artigo 51, inciso 1º, 4º e § 1º), violando os princípios do equilíbrio contratual ou boa-fé objetiva.

Em sua fundamentação, o juiz substituto em segundo grau também considerou a Constituição Federal, que prevê a saúde como um direito do cidadão, estando aí incluídos os meios necessários à garantia ao bem-estar físico e mental do paciente, devendo, portanto, prevalecer sobre qualquer cláusula contratual que pretenda retirá-lo.

Consumidora que encontrou lagarta em sanduíche será indenizada

O Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Santa Maria- RS condenou uma lanchonete ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$2 mil por fornecimento de alimento impróprio para o consumo. A consumidora encontrou uma lagarta no sanduíche.

A consumidora contou que adquiriu, em 21/11/2013, um sanduíche e que o produto não estava em condições adequadas para o consumo, encontrando uma lagarta no alimento. Tendo reclamado junto ao estabelecimento, lhe entregaram um novo sanduíche. Por esse motivo, a cliente pediu a condenação da empresa ao pagamento de indenização por danos morais.

As partes compareceram

à audiência, mas não chegaram a acordo.

A lanchonete apresentou contestação, na qual aduziu sobre os procedimentos de higiene adotados pelo estabelecimento, ressaltando não haver prova que atesta o dano sofrido, não demonstrando que a consumidora esteve no estabelecimento. A lanchonete alegou a configuração de excludente de responsabilidade e ausência denexo causal, informando que agiu de forma correta, visto que adota procedimentos adequados de higiene.

De acordo com a decisão do juiz, "assim, diante dos fatos apresentadas fica clarividente a responsabilidade da requerida, bem como a inadequação do produto para con-

sumo, eis que a constatação de uma lagarta revela que o alimento não fora devidamente higienizado, caracterizando, portanto, os danos morais indenizáveis, sobretudo em virtude, inclusive, de ser de notório conhecimento que a falta de higiene não está afeito apenas ao sentimento de nojo, mas de saúde pública havendo outras enfermidades de natureza ainda mais graves que abalam a integridade física do indivíduo, sem fazer avessa ao abalo emocional e o constrangimento que extrapolam o mero aborrecimento, assim o que consta nos autos, é que os argumentos da requerida são imotivados, infundados e incapazes de elidir a sua responsabilização".

18 FEV 2015

BEM PARANÁ

PAINEI

Doentes

Porteiro que trabalha hospital e ajuda na locomoção de pacientes doentes deve receber adicional de insalubridade. O entendimento é 6ª Turma do TST.

Nascituro

Gestante receberá seguro DPVAT pela morte de nascituro, de 37 semanas, em acidente de trânsito. A decisão é da 5ª Câmara de Direito Civil do TJ de Santa Catarina.

Evicção

Banco que financia compra de veículo não é responsável pela apreensão judicial ou administrativa do bem. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

Mentira

Mentir endereço em petição inicial de ação revisional de um contrato não caracteriza falsidade ideológica. O entendimento é da 4ª Câmara Criminal do TJ do Rio Grande do Sul.

Gravidez I

Ainda que o empregador não saiba que a funcionária está grávida, ela tem direito à indenização decorrente da estabilidade que não usufruiu. O entendimento é da 3ª Turma do TST.

Gravidez II

Funcionária que se afasta do trabalho durante a gravidez não perde o direito de continuar recebendo o adicional de insalubridade. O entendimento é da Sétima Turma do TRT do Paraná.

Dependente

É dever do Estado providenciar internação compulsória de paciente com dependência química. O entendimento é do juiz Francisco da 1ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza.

Justiça mantém condenação de Barbosa

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça decidiu manter, por unanimidade de votos, a condenação do ex-prefeito de Londrina, Homero Barbosa Neto (PDT). Ele é acusado pelo desvio de R\$ 178,9 mil em uma licitação realizada em 2010 que resultou na contratação da empresa Delmondes & Dias Ltda, para o curso de formação de guardas municipais. Segundo a sentença, publicado no último dia 22, também foram condenados os ex-secretários da Gestão Pública, Marco Cito, e da Defesa Social, Benjamin Zanlorenzi Júnior; além de um servidor municipal e o proprietário da empresa, Cleiton Severino Dias.

Na avaliação dos magistrados, a licitação teria sido simulada. "A análise desses depoimentos permite aferir que a Delmondes & Dias Ltda. limitou-se a realizar os pagamentos. Todavia, não realizou o curso, que era o objeto da licitação", apontou o relator, desembargador Nilson Mizuta. Entre as provas estão depoimentos de testemunhas e documentos apontando que policiais militares teriam conduzido o curso.